

COLIGAÇÃO NOVO TEMPO
(PSDB, PPS, PMN, PTN E PHS)

■ PLANO DE TRABALHO ■

PREFEITO
Reinaldo
ATHAYDE NERY-VICE





“A política só tem sentido quando serve a uma causa. Nossa causa são os sonhos e as esperanças do povo de Campo Grande. É nosso compromisso trabalhar sem descanso para transformá-los, um a um, em realidade, em avanço coletivo, que melhore a vida das pessoas... Vamos caminhar juntos, nesta direção, alimentados pelas nossas crenças e convicções, de que é possível fazer política com honra; política com ética; política com eficiência, transparência, respeito pelas pessoas, e alto grau de participação popular”

Reinaldo Azambuja

ADVERTÊNCIA

Este documento sintetiza as primeiras idéias da Coligação “Novo tempo” para a nossa cidade.

Ele resulta dos milhares de dados colhidos pelo Projeto “Pensando Campo Grande”, que ouviu 120 mil pessoas da nossa capital, especialistas em políticas públicas de diferentes áreas e representantes da sociedade civil organizada campo-grandense. Também é resultante dos debates e estudos desenvolvidos pelo projeto “Faça mais por sua cidade”. Esta síntese está sintonizada com o Programa Cidades Sustentáveis.

Cabe enfatizar que não se trata de um programa de governo tradicional, que nasce pronto e acabado, imposto de cima para baixo, mas de um plano de trabalho aberto e acessível à contribuição da cidade e sua população, além de suas instituições.

É nosso desejo e expectativa que ele seja enriquecido todos os dias com novas idéias, ampliado e apropriado pelos cidadãos, para que, ao final desta caminhada, ele represente as reivindicações e os sonhos da nossa capital, que teremos o desafio e o compromisso de transformar em realidade.

Por isso, reiteramos o convite à população para que participe intensivamente de sua construção coletiva, partilhada, através dos canais de acesso que desde já colocamos à disposição da cidade, seja por meio dos nossos comitês, lideranças ou pela internet.

Vamos juntos, a hora é agora!



Apresentação

Um novo tempo para Campo Grande

É uma imensa alegria sermos candidatos a prefeito e vice prefeito de Campo Grande, a cidade onde vivemos. É uma honra caminhar ao lado dos companheiros que compõem nossa coligação – PSDB, PPS, PMN, PTN e PHS. Juntos assumimos um compromisso de, entendendo o passado, agir no presente, para garantir o futuro desejado, a ser construído a partir da vontade dos campo-grandenses.

Iniciamos esta caminhada ciente das nossas grandes responsabilidades. Temos orgulho de representar, nesta eleição, um projeto, um estilo de governar, uma forma nova de fazer política. Nossa matéria-prima é a realidade e nossas ferramentas são as novas ideias. Faremos campanha em favor de Campo Grande. Queremos o debate programático. Nunca, o enfrentamento pessoal.

Vamos para as ruas com convicções inarredáveis e assumindo alguns compromissos centrais com você: ética, transparência e participação. O compromisso com a ética pública nos levará, irremediavelmente, à adoção de um alto padrão de transparência na gestão municipal. Na prática, isso significa que seremos intransigentes com a corrupção. Que nosso compromisso é cuidar de cada centavo do dinheiro público, para que ele alcance a sua finalidade e não se perca pelo labirinto da ineficiência e dos desvios que tanto têm escandalizado o país. Transparência quer dizer governar com as portas abertas, permitindo um amplo acesso da população ao poder público e às contas, gastos e ações de governo.

Irmã gêmea da transparência, a participação será o terceiro traço fundamental da gestão que estamos propondo para Campo Grande. É nosso desejo administrar ouvindo a cidade, dialogando com a população, entendendo seus problemas e reivindicações e buscando, juntos, soluções possíveis para cada um deles. Dividir as decisões, mas, também, as responsabilidades, princípio básico que orienta as gestões modernas e altamente transformadoras. Queremos inaugurar uma nova forma de governar, baseada na Governança Democrática.



Campo Grande quer mudar e exige um projeto político que não se acovarde frente aos poderosos. Não há mais como explicar os milhões de reais para obras das enchentes que todos os anos se repetem indefinidamente. Ou o asfalto frágil que desaparece na primeira chuva. Não há porque continuar fazendo prédios caros para a saúde se neles não há médico, não há atendimento. Não há como discutir que é obrigatório atender com dignidade quem precisa.

Ninguém explica porque há segurança no centro e nos bairros mais ricos, e insegurança e grave criminalidade nos bairros mais pobres. Uma cidade com o nível de qualidade de vida e recursos como a nossa, simplesmente não pode conviver com a degradação de um lixão como temos ainda hoje.

A pergunta que nos fazemos é: como definir prioridades corretas se ninguém ouve a cidade? Se os governos fazem o que querem, quando querem e do jeito que querem? Como controlar os gastos públicos se não há transparência alguma? Respondemos que é nosso desafio comum abrir espaço para que a população participe intensivamente do nosso Plano de Trabalho, cujas primeiras linhas apresentamos aqui. E depois, na nossa administração, nos ajudando a acertar. Um prefeito preparado para governar tem que pensar a cidade com um todo, de forma integrada, porque também os problemas estão irremediavelmente integrados. É preciso que se norteie a partir de um Planejamento Estratégico, que pense a cidade dentro de uma visão de futuro.

Com boa infraestrutura, a cidade atrai mais investimentos, novas empresas e geramos mais empregos e renda. Mas, para aproveitar essas oportunidades é preciso ter uma mão de obra qualificada. E mão de obra qualificada exige investimento seguro e continuado em educação. Não apenas na educação para o trabalho. Educação é mais que isso. É o caminho para o futuro, que começa muito cedo, desde a creche, passando pelos ciclos fundamental, médio e depois superior. Nada, absolutamente nada, é mais transformador que uma boa escola. É ela o verdadeiro antídoto para as drogas, para a criminalidade e principalmente para vencer a pobreza.

Citamos este exemplo para dizer que um bom prefeito tem que ter uma visão de conjunto, planejar com cuidado os recursos dos impostos e aqueles que vêm através das inúmeras parcerias com o Governo do Estado e com o Governo Federal. Comprar mais barato e melhor; fazer mais gastando menos; acompanhar o trabalho, de perto e, principalmente, investir onde a cidade mais precisa. E onde a cidade mais precisa?

A partir das necessidades do campo-grandense, organizamos a síntese apresentada nas próximas páginas. Nos últimos nove meses, ouvimos 120 mil pessoas no projeto "Pensando Campo Grande". Paramos para escutar cada uma das reivindicações de milhares de pessoas. Gente que não agüenta mais dormir na fila da saúde. Gente que paga caro por um transporte público ruim e que sente, na própria pele, a mão pesada daqueles que se acham donos da cidade. Queremos mudar tudo isso, democraticamente. É assim que queremos governar. Aprendemos, em casa, e depois, na vida, no dia a dia de um homem comum, que não há incompatibilidade entre política e honra. E que é possível fazer política com honestidade. Participe com a gente!

Reinaldo – Prefeito
Athayde – Vice-prefeito

Introdução ao Plano de Trabalho

Como dissemos, nesta síntese do Plano de Trabalho apresentamos os principais problemas levantados pelo projeto “Pensando Campo Grande”, que realizou um levantamento com mais de 120 mil pessoas, conversou com representantes da comunidade, lideranças sindicais, especialistas e lideranças políticas. Ela também contém as primeiras propostas elaboradas resultantes desse diagnóstico. Além da ética, da transparência e da participação, este plano reafirma nosso compromisso com a sustentabilidade. Mas, o mais importante: É um Plano aberto e conta com a participação de todos. Você pode colaborar pelo telefone: 0xx67. 3043.4145.

Um futuro melhor para Campo Grande

Na eleição de 2012, o cidadão campo-grandense está sendo chamado a tomar uma decisão estratégica. Seus efeitos se refletirão pelos próximos anos. É preciso optar por um projeto que abra os caminhos de um futuro sustentável para nossa cidade, planejado, em equilíbrio com o meio ambiente, onde as pessoas sejam o centro das ações e a boa qualidade de vida seja resultado de políticas públicas municipais responsáveis.

Campo Grande tem uma população de 787 mil habitantes. É uma cidade moderna, em franco desenvolvimento, mas, com problemas que começam a se avolumar e estão à vista de todos. Ao contrário de outras metrópoles, cujo crescimento desordenado já as mergulhou no caos e no conflito social, nossa Capital ainda pode promover a correção de rumos e tornar-se uma cidade sustentável. Tem a chance de evitar a perda de controle do processo de crescimento, pode ainda planejar o futuro e promover um desenvolvimento harmonioso e mais justo.

“No plano dos valores, o meu primeiro compromisso é com a ética pública”.
Reinaldo- 45

Orçamento de Campo Grande

Dados disponibilizados no site da Prefeitura de Campo Grande e Diogrande:

2011 RECEITA- R\$ 1.959.443.648,33

2011 DESPESAS - R\$ 1.782.996.543,80

2012 PREVISÃO DE RECEITA - R\$ 2.424.000.000,00

2012 Previsão DE DESPESAS - R\$ 2.424.000.000,00

Para 2013, a Câmara Municipal aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/ 5.078 , publicada no Diogrande em 21 de junho de 2012, estimando receitas de R\$ 2,6 bilhões.

Paralelo ao registro deste Plano de Trabalho junto ao Tribunal Regional Eleitoral, a coligação Novo Tempo entrará com documento oficial junto à Prefeitura de Campo Grande solicitando dados mais aprofundados sobre a execução orçamentária e as finanças públicas.

Administração



Síntese do diagnóstico

A população tem diversas reclamações quanto a atual administração: falta transparência sobre as atividades da Prefeitura, a comunidade não tem acesso às contas municipais, sobre como estão sendo usados os recursos recebidos dos governos federal e estadual e aqueles arrecadados no próprio município. Agora, com a lei de Acessibilidade à Informação o poder municipal é obrigado a garantir tal direito.

De acordo com o levantamento “Pensando Campo Grande”, há pouco planejamento para ação do Executivo, a ocupação de cargos estratégicos acontece por favorecimento político, o descaso pela competência e o mérito traz graves conseqüências sobre a máquina administrativa, a qual, sem estímulos e sem orientação, responde lenta e erraticamente às demandas. O resultado é a prestação de serviços de qualidade questionável à comunidade, sem falar no desperdício de preciosos recursos públicos, como é notório, por exemplo, no caso das obras contra as enchentes.

Choque de Gestão: Administrar para as pessoas

O novo governo deverá alterar profundamente o modo de administrar a cidade. Queremos trabalhar para as pessoas, focar no bom atendimento das necessidades do cidadão e no respeito para com os recursos públicos.

Para isso, nossa primeira tarefa será reorganizar a máquina pública, resolver os problemas atuais, eliminar os gargalos, reduzir custos, descentralizar serviços, atender às demandas mais urgentes da população e melhorar o atendimento ao cidadão. Vamos investir na qualificação servidores públicos e instituir a meritocracia para premiar a eficiência e incentivar a boa qualidade no atendimento do campo-grandense.

A segunda tarefa será criar mecanismos que assegurem a transparência administrativa, combatam a corrupção e incentivem e garantam a participação popular. Junto com a comunidade, queremos estabelecer um planejamento estratégico com metas e governar pensando na Campo Grande do futuro, 20 anos à frente.

Nossa terceira tarefa será implantar um sistema de gestão em rede, coordenada através de um gabinete em que as tarefas administrativas possam ser tratadas de modo multidisciplinar e integrado.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1- Choque de gestão: rever prioridades, qualificar os gastos públicos; reduzir despesas e racionalizar cargos comissionados.
- 2- Valorizar o Instituto de Planejamento Urbano, Planurb, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, CMDU.
- 3- Gestão em rede: implantar sistema administrativo que permita a transversalidade das políticas públicas e ganhos de qualidade.
- 4- Transparência: divulgação total na aplicação dos recursos públicos e implantar Auditorias permanentes e preventivas a fim de combater a corrupção.
- 5- Participação popular: Fortalecer os conselhos municipais e regionais. Estabelecer amplo diálogo com a sociedade civil organizada e movimentos sociais. Implantar ouvidorias independentes em todas as pastas da administração pública.
- 6- Descentralização dos Serviços Públicos: criar Centros de Atendimento nas principais regiões da cidade para facilitar o acesso da população.
- 7- Qualificação de servidores: Oferecer formação e qualificação continuadas aos servidores municipais.
- 8- Meritocracia: implantar sistema de avaliação de qualidade dos serviços públicos e incentivar a eficiência.
- 9- Sustentabilidade: Introduzir práticas sustentáveis no serviço público – agenda 21, compras governamentais de fornecedores locais e comprometidos com o respeito ao meio ambiente. Prestigiar o terceiro setor.
- 10- Novas Tecnologias: Criar novos meios de atendimento utilizando novas tecnologias. Reavaliar a rede de computadores do serviço público municipal, investir na modernização do sistema digital.





Saúde

Síntese do diagnóstico

Apesar de o atual prefeito ser médico, a saúde pública de Campo Grande tem a pior avaliação por parte do campo-grandense. A população padece com o número de médicos insuficiente, com longas esperas para consultas, com os hospitais lotados e sujos, com estrutura deficitária. A cidade não conseguiu vencer batalhas importantes: a dengue, a AIDS, a leishmaniose, a mortalidade materna. Mas, a queixa principal é mesmo quanto à qualidade do atendimento.

A rede física de Saúde Pública de Campo Grande é ampla e bem distribuída. Em 2010, a prefeitura informa que investiu 26,47% do orçamento em Saúde. Em 2011, 21,31%. Apesar de superar o que determina a lei, 15% do orçamento devem ser aplicados no setor, a pergunta que fica é: por que então a saúde funciona mal?

A Secretaria Municipal de Saúde conta com 1.100 médicos em flutuação permanente-admissões e demissões são constantes. Os reajustes dos salários de todos os servidores foram realizados pela Prefeitura anualmente. Em 2012, o reajuste foi de 6% para os médicos. Apesar disso, essa categoria afirma que os vencimentos não estão nos níveis médios de outras cidades.

Em janeiro de 2011, os agentes de saúde pública e de controle de epidemiologia iniciaram uma greve em Campo Grande para reivindicar melhores condições de trabalho e bônus salarial por produtividade.

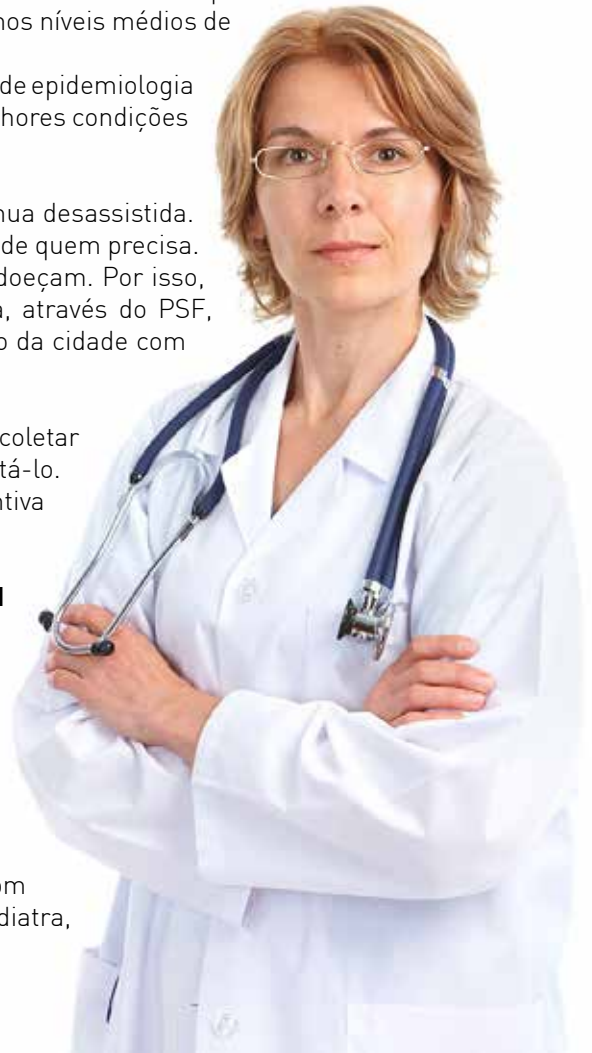
Quem mais perde com a situação é a população, que continua desassistida. Não há como discutir que é obrigatório atender com dignidade quem precisa. Mas, tão importante quanto isso é evitar que as pessoas adoçam. Por isso, é preciso haver grande investimento em saúde preventiva, através do PSF, que acabou esquecido na capital. Cobre menos de um terço da cidade com eficiência.

Para evitar doenças é preciso também fazer saneamento, coletar e tratar o esgoto, recolher corretamente o lixo e tratá-lo. Apresentaremos propostas transversais para a saúde preventiva no capítulo de meio ambiente.

CHOQUE DE GESTÃO: SAÚDE COM EXCELÊNCIA EM ATENDIMENTO

É preciso atender o doente com qualidade, mas, principalmente, promover a saúde, dar resolatividade ao setor. Nosso primeiro passo é melhorar o atendimento e estimular a atenção básica.

A âncora geral é o SUS e o conceito de atendimento universal e equânime. Por isso, vamos dobrar o PSF, com equipes compostas por, pelo menos, um clínico geral, um pediatra,



um ginecologista, um enfermeiro, um assistente social, além dos agentes de saúde. Eles acompanharão a trajetória do paciente, com “envolvimento” pessoal em suas vidas e atividades. Aqueles que necessitem de exames e outros atendimentos mais complexos são recomendados às Unidades Básicas. Na retaguarda, a equipe matricial, com especialistas como o psicólogo, o nutricionista e o dentista vão atender as situações mais específicas. Assim, só chegarão aos hospitais os pacientes que precisem de atendimento hospitalar de maior complexidade.

Os profissionais de saúde concordam que os recursos destinados ao setor são insuficientes. Por isso, é preciso gestão eficiente, especializada e experiente, que evite desperdícios e busque na motivação dos profissionais uma postura proativa para encarar a demanda e os problemas resultantes. Nossa gestão, ao mesmo tempo, deve procurar melhorar as condições de trabalho dos profissionais, tanto no aspecto salarial, estimulando a eficiência e o mérito, como no acesso a equipamentos, materiais e medicamentos, e também quanto à sua segurança pessoal. Não esquecer, em particular, que no setor de saúde um grande número dos profissionais é mulher.

A nova política para a Saúde também tem de se preocupar com o envolvimento da comunidade. O Programa de Saúde da Família já favorece a aproximação das famílias com os profissionais. Esse relacionamento pode avançar levando a comunidade a assumir os profissionais, os edifícios e equipamentos como uma conquista do bairro e da região, e protegê-los em vez de depredar. A gestão em rede também desenvolverá ações em parceria com a educação e demais secretarias.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A SAÚDE

1- Choque de gestão:

- Rever gastos e contratos.
- Rever os salários pagos aos profissionais da saúde criando estímulos à eficiência - dos agentes até os médicos.
- Humanizar o atendimento ao público.
- Implantar auditoria permanente na saúde.
- Realizar estudo sobre os principais pontos de superlotação nos postos, ambulatórios e hospitais e revisar a distribuição dos médicos pelos pontos de atendimento.
- Implantar a meritocracia para premiar a eficiência no atendimento ao público.
- Criar mecanismos de articulação permanente com os Conselhos Gestores dos Hospitais.
- Apoiar e oferecer contribuições para a solução da situação da Santa Casa de Campo Grande.
- Articular a política de saúde com as demais políticas públicas municipais, em todos os níveis.
- Melhorar o acompanhamento da aplicação dos recursos do SUS e as condições estruturais da rede credenciada.

2- Principais obras na Saúde:

- Construção de um Pronto Socorro Infantil.
- Construção de um banco de leite materno municipal.
- Apoiar a ampliação de novos leitos hospitalares credenciados ao SUS.
- Reformar e expandir a rede de atendimento de Saúde.
- Implantação dos PAI - Pronto Atendimento aos Idosos.



3- Servidores da saúde:

- Investir em formação e qualificação para o aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde – médicos, enfermeiros, atendentes.
- Elaborar um Plano de Salários e Carreiras que possam oferecer atrativos para os profissionais que atuem nesse setor do serviço público.
- Abrir concurso público para contratação de profissionais da área de saúde, como médicos, agentes, enfermeiros, atendentes, entre outros.
- Rever e adequar os horários dos plantões médicos, assim como a carga horária de cada profissional.
- Aplicar a Legislação vigente sobre Segurança no Trabalho.
- Capacitar equipes em manutenção de equipamentos (inclusive os de alta tecnologia) e instalações prediais na Sesau e Postos de Saúde;

4- Prevenção:

- Dobrar a instalação de novas equipes da Estratégia de Saúde da Família.
- Estabelecer programas de ações transversais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, com Secretaria de Assistência Social – a Secretaria da Família, entre outras, para incentivar a prevenção.
- Investir em programas de prevenção para saúde pública para crianças, mulheres, homens, idosos (programas de combate à mortalidade infantil e materna).
- Ampliar campanhas vacinais. Oferecer, gratuitamente, vacina contra o HPV para mulheres com idade entre 9 e 26 anos.
- Criar uma campanha de combate à dengue que mobilize toda a sociedade.
- Criar uma campanha de combate à leishmaniose.

- Ampliar os programas de prevenção à AIDS e DSTs.
- Promover a prática de atividades físicas, individuais e coletivas, que busquem enfatizar os valores de uma vida saudável.
- Apoiar iniciativas das ONGs voltadas para a saúde pública que tenham bons resultados.
- Investir em tecnologias e alternativas para prevenção da saúde pública (ex. fomentar o plantio em ambientes públicos de vegetação que naturalmente repele mosquitos);
- Melhorar o atendimento e a prevenção da saúde para a população da zona rural campo-grandense.

5- Participação popular:

- Incentivar participação popular nas decisões do setor e fortalecer o Conselho Municipal de Saúde.
- Criar ouvidoria independente para a saúde.

6- Inovações e tecnologias:

- Ampliar a informatização da rede do sistema de saúde.
- Desenvolver sistema de marcação de consultas e exames por telefone e pela internet.
- Criar o Conselho Técnico para decidir e acompanhar a incorporação de novas tecnologias em saúde;
- Ampliar programa de medicina homeopática.
- Introduzir novas práticas de atendimento, como acupuntura, parto humanitário, entre outras.
- Incentivar a formação e contratação, na Rede Cegonha, de doulas (acompanhantes de parto profissionais, responsáveis pelo conforto físico e emocional da parturiente durante o pré-parto, nascimento e pós-parto).

7- Medicamentos:

- Estabelecer o controle centralizado dos estoques de medicamentos para que a distribuição gratuita chegue a todos igualmente sem atrasos.
- Entrega de medicamentos gratuitos em domicílio.

8- Saúde bucal:

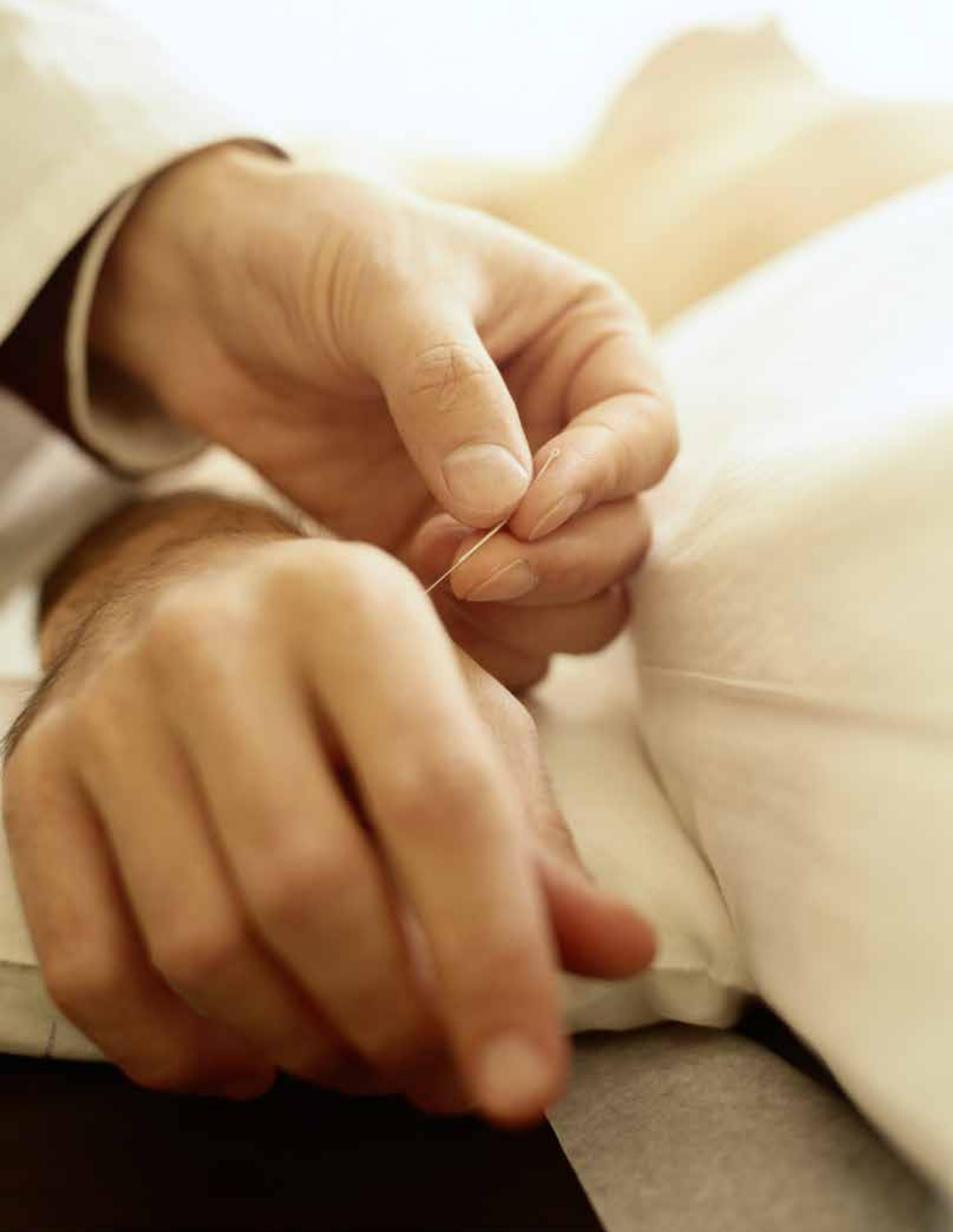
- Ampliar atendimento de serviços odontológicos na rede pública no período noturno e finais de semana.
- Zerar filas na odontologia de atendimento para pacientes especiais.
- Implementar programas de saúde bucal para jovens em idade de primeiro emprego.
- Entregas kits de saúde bucal junto com kits da educação, para crianças e jovens.

9- Fiscalização:

- Fortalecer ações da Vigilância Sanitária em Saúde e implantar da Vigilância Ambiental.

10- Zona Rural:

- Descentralização das ações para garantir atendimento e acesso a programas preventivos para a população dos distritos de Campo Grande- Anhanduí, Indubrasil, Rochedinho e moradores da zona rural.



Segurança

Pública



Síntese do diagnóstico

Em resposta ao levantamento “Pensando Campo Grande”, a falta de segurança apareceu como o segundo maior problema da cidade. Há uma reclamação comum nos bairros de falta de segurança, de policiamento e a população se sente à mercê da criminalidade e da violência.

Embora a Segurança Pública seja atribuição legal do Governo do Estado, que conta com uma rede de delegacias amplamente distribuída pela cidade, a Prefeitura também tem sua responsabilidade. Deve atuar com medidas complementares, de apoio e sustentação à ação dos órgãos de segurança estaduais.

16 Departamentos de Polícia Especializada (DPE) e 15 Departamentos de Polícia da Capital (DPC).

Desde 1990, a prefeitura conta com uma Guarda Civil Municipal. Seu contingente, 1.280 guardas concursados, tem função de estar próximo à comunidade e dar proteção ao patrimônio público - edifícios e bens públicos, parques, jardins etc..

Mas, a tropa não tem equipamentos. São duas viaturas, carentes de manutenção e combustível, o que inviabiliza deslocamentos pela cidade. Falta fardamento adequado e os salários estão defasados.

A Agência de Trânsito Municipal também padece praticamente das mesmas mazelas da Guarda Municipal. São 59 agentes amarelinhos.

Desses, 50 atuam nas ruas e 9 em serviços internos. A população reclama do aumento das multas e da falta de um trabalho mais voltado para a orientação do trânsito. A cidade vem registrando recordes de mortes no trânsito. Na Defesa Civil a situação é ainda pior. São 10 servidores que atuam em situações emergenciais, como quedas de árvores, enchentes, avaliação de riscos após grandes sinistros que ameacem a segurança da população. A Defesa Civil fica junto com Guarda Municipal, localizada na antiga rodoviária, e carece de estrutura adequada.

CHOQUE DE GESTÃO: AÇÕES INTEGRADAS E MAIS INVESTIMENTO

A Prefeitura vai assumir sua responsabilidade em prover condições de segurança para a comunidade e deve desempenhar seu papel com competência. Para criar políticas para a segurança pública de modo mais profundo, preventivas para estimular a redução da violência e promover a cultura da paz, vamos criar a Coordenadoria de Defesa Social.

Assim, dentro do princípio da administração em rede, vamos desenvolver ações integradas junto à Educação, à Assistência Social entre outras pastas. O município deverá atuar com medidas complementares, de apoio e sustentação aos projetos dos órgãos de segurança estaduais.

A Coordenadoria de Defesa Social será subordinada à Secretaria de Governo e concentrará a Guarda Municipal, a Agência Municipal de Trânsito, a Defesa Civil.

Campo Grande merece um Plano Municipal de Segurança moderno, arrojado. E este deverá ser construído com participação dos diversos setores da sociedade, como entidades comunitárias e órgãos públicos ligados à segurança pública.

A nova gestão também implantará o sistema de monitoramento com câmeras de vigilância em locais públicos, como praças, escolas, prédios administrativos e nas áreas mais violentas. Esse sistema também dará suporte no combate ao crime. Ao mesmo tempo, vamos reaparelhar a Guarda Municipal, da Agetran e da Defesa Civil.

O papel da nova Coordenadoria de Defesa será desenvolver esses projetos e ainda fomentar a produção de dados estatísticos e informações acerca de fragilidades e problemas que submetem os cidadãos a situações de risco.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA – DEFESA SOCIAL

1- Coordenadoria de Defesa Social:

- Criação da Coordenadoria de Defesa Social, que implantará políticas de segurança pública municipal; integrará as ações desenvolvidas pela Guarda Municipal, Agência Municipal de Trânsito e Defesa Civil.
- Gestão em rede: Apoiar a integração de programas nas demais pastas da administração - educação, esporte, cultura etc.-, que visam a promoção da cultura de paz.
- Realizar convênio com o Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), do Ministério da Justiça, para obter recursos e implantar projetos que articulem políticas de segurança e ações sociais preventivas voltadas para identificar e reduzir as causas da violência.
- Ampliar parcerias no sentido de promover a cooperação em prol da segurança pública entre governos municipal, estadual e federal.
- Fomentar a produção de dados estatísticos e informações acerca de fragilidades e problemas que submetem os cidadãos a situações de risco para nortear políticas públicas na área.
- Orientar ações de serviços urbanos especiais para revitalizar as áreas com alta incidência de criminalidade.

2- Participação Popular:

- Elaborar o Plano Municipal de Segurança, com participação de representantes de diversos setores da sociedade, como entidades comunitárias e órgãos públicos ligados à segurança pública.



- Criar a Ouvidoria Municipal de Defesa Social.
- Atuar de forma integrada aos Conselhos Tutelares para apoiar suas ações de proteção aos menores de idade em situação de risco.

3- Principais obras para a Defesa Social:

- Construir a nova sede da Guarda Civil Municipal.
- Implantar quatro pontos de apoio fixos para a Guarda Municipal nas regiões da cidade.

4- Servidores:

- Criar Plano de Salários e Carreiras para servidores subordinados à Coordenadoria de Defesa Social.
- Promover cursos de formação técnica e de defesa dos direitos humanos para a GM e Agetran. Estimular seus integrantes a agirem de forma preventiva e socialmente motivados.
- Capacitar setores da GM para atendimento em escolas, fortalecer a ronda escolar e a ação preventiva nos parques, regiões de escolas, corredores urbanos de acessos a escolas e a redes de ônibus.

5- Defesa Civil:

- Instalar a defesa civil em sede apropriada para o cumprimento de suas funções.
- Implantar o gabinete integrado de gerenciamento de crises, para atuar em situações de grandes sinistros e calamidade pública.

6- Guarda Civil Municipal:

- Reorganizar a Guarda Civil Municipal, reajustar salários e gratificações, fortalecer sua estrutura, fornecer fardamento, equipamentos e viaturas adequados para que possa estar presente nas várias regiões da cidade, mais atuante e próxima da comunidade.
- Incentivar o uso de bicicletas na Guarda Municipal.

7- Agetran:

- Reequipar a Agetran, com fardamento para os agentes e novos veículos.
- Investir em novas tecnologias para dar apoio ao serviço da Agetran.
- Proporcionar oportunidades de formação e qualificação para os agentes.

8- Novas tecnologias na Defesa Social:

- Implantar um amplo sistema de monitoramento das principais vias, escolas e outros equipamentos públicos, por meio de câmeras de vídeo, acompanhadas por uma central, para prevenir a violência urbana.
- Ampliar parceria de centro de operação entre estado e município e apoiar implantação de sistema digital moderno em tal centro.

9- Prevenção:

- Ampliar a urbanização pública na cidade com fins de promover o bem estar das pessoas e, também, inibir condições favoráveis ao crime e a violência nos bairros e locais de periferia.
- Realizar campanhas sistemáticas de desarmamento geral da população estimulando os cidadãos a desarmar-se mediante indenização prevista em lei.
- Ampliar o programa de apoio ao jovem dependente químico e atuar com vigor nas regiões suspeitas como pontos de distribuição de drogas;
- Criar nos bairros grupos de vizinhança solidária, com o objetivo de prevenir atos de desrespeito à convivência, conciliar conflitos e gerar conceitos coletivos de um código de conduta.
- Ampliar a participação dos jovens em atividades fora do horário escolar, incentivando-os a práticas esportivas, culturais e ao cuidado com o patrimônio e o meio ambiente.
- Oferecer atendimento psicológico e orientação familiar a dependentes químicos nos postos de saúde.
- Implantar uma comissão composta por agentes da Guarda Municipal e fiscais das áreas de Tributos Mobiliários e Imobiliários, Higiene e Saúde, Abastecimento com o objetivo de orientar donos de bares e restaurantes a cumprir as leis, como a da proibição de venda de bebida alcoólica a menores de 18 anos e assim prevenir situações de violência.
- Maior presença da Guarda Municipal nos horários escolares e nos horários de maior uso de espaços públicos onde há práticas esportivas.

10- Vigilância:

- Apoiar autuação contra crimes ambientais, como queimadas urbanas, entre outros.



Educação

Síntese do diagnóstico

Campo Grande - Ano 2011		
Escolas públicas e privadas. Ensinos Infantil, Fundamental, Médio, Profissionalizante e Especial.	207.173 alunos	46,8 % estudam na Rede Municipal de Ensino.

A educação é a área que mais avançou em Campo Grande nos últimos anos e já comemora boas vitórias: investimentos acima do que manda a legislação, rede física e recursos materiais coerentes para se desenvolver um trabalho melhor, diminuição do abandono escolar, aumento na média de avaliação do desempenho dos alunos, entre outras.

Mas, a população ainda clama por melhorias. A maior fragilidade hoje está na educação infantil. O déficit de crianças de 0 a 3 anos na fila por vaga nos CEINFs não tem dados precisos, mas a estimativa é de 10 mil crianças. Com isso, o município deixa de cumprir um direito assegurado constitucionalmente às mães trabalhadoras. Nos CEINFs, o atendimento a essa faixa etária também não cumpre com a exigência de qualidade do MEC.

Há falta de profissionais mais capacitados. Especialistas afirmam que de 0 a 3 anos de idade existe a mais importante janela de oportunidade para a aprendizagem. Ao se fechar essa janela, o futuro está comprometido. Os CEINFs são administrados em gestão compartilhada pela Assistência Social e pela Educação. Deveriam estar exclusivamente sob gestão desta última secretaria.

Outro problema detectado pela população é quanto ao aprendizado dos alunos do ensino fundamental e médio: Ainda é deficiente, reflexo da didática ultrapassada, que se limita ao quadro negro, ao caderno, à carteira, em que o aluno é submetido a uma posição passiva, tem dificuldade de se envolver e de desenvolver um aprendizado efetivo.

Na percepção da população, os professores estão sobrecarregados em salas de aula com excesso de alunos, enfrentam dificuldades diante das necessidades de inclusão de crianças com demandas diferenciadas e carecem de orientação pedagógica. Não por acaso, é grande o índice de desistência e de licenças médicas de professores desgastados pelas difíceis condições de trabalho e ameaças à sua segurança.



O aumento no número de escolas em Tempo Integral é outra reivindicação. Em Campo Grande, elas representam 2,15% das escolas municipais, percentual muito abaixo da média do Brasil, 6,4%. Também há reclamações do número insuficiente de nutricionistas para a merenda escolar; da falta de servidores administrativos; dos laboratórios de informática com computadores obsoletos, assim como a rede lógica; da lentidão nos reparos e obras de infraestrutura nas escolas. Os professores e servidores da educação também querem um plano de cargos e salários.

CHOQUE DE GESTÃO: EDUCAÇÃO INTEGRADA, MODERNA E DE QUALIDADE



A educação é a área mais importante da nova gestão. Através da educação, vamos desenvolver ações integradas com as demais pastas.

Assim, além de preparar nossas crianças para um bom futuro profissional, também vamos educá-las para a saúde, para a preservação do meio ambiente, para um trânsito seguro, para a cidadania. A cúpula da Prefeitura vai se envolver diretamente na discussão sobre o projeto pedagógico e incentivar a participação de toda a comunidade escolar nesse processo.

Nosso trabalho começa pela primeira infância. Quanto mais nova a criança, maior é o grau de necessidade de profissionais especializados para seu atendimento. Por isso, vamos começar trazendo os CEINFs para a Secretaria de Educação e vamos buscar implantar o melhor programa de atendimento dessa clientela.

Para ensinar bem é preciso que quem vá ensinar, antes, aprenda muito bem. Investir no professor é o foco principal da nossa administração.

A prefeitura oferecerá um amplo programa que estimulará e impulsionará a qualificação

desses profissionais, inclusive vai capacitá-los melhor para o atendimento dos alunos portadores de deficiências. Também é preciso estabelecer o plano de salários e carreira e valorizar essa categoria de acordo com seu grau de importância no processo educacional e social.

Vamos aumentar o número de salas de aula para reduzir o número de alunos por sala, buscar introduzir um segundo professor em cada sala para melhorar as condições didáticas. Queremos ampliar o número de escolas em horário integral.



Mas, primeiro vamos investir na qualificação dos professores para atuar dentro das especificidades de tal modelo. A escola em Tempo Integral terá o foco de aprofundar o aprendizado, combinando o ensino teórico com a prática, e com trabalhos manuais, além de esportes e atividades artísticas e culturais. Vamos investir nas escolas rurais, reformá-las, ampliá-las e melhorar a estrutura didática, tecnológica, e a qualidade do ensino, com qualificação de professores.

O ensino só poderá fazer avanço significativo e duradouro quanto à qualidade do aprendizado e a formação dos jovens como cidadãos se, ao lado dos professores, as famílias estiverem presentes, próximas da escola, participando de atividades, apresentando suas opiniões, fazendo sugestões.

A comunidade tem de considerar a escola como algo que lhe pertence, pela qual é responsável e da qual precisa cuidar para o benefício de todos. O compromisso do Prefeito é liderar esse processo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO MUNICIPAL

1- Obras principais para a educação:

- Criar a Superintendência de Infraestrutura na Secretaria Municipal de Educação: Para agilizar obras de reforma e reparo.
- Construir novos CEINFS.
- Ampliar o número de salas de aula.
- Construir novas escolas.
- Manter programa de reforma e ampliação de escolas.
- Construir o Liceu de Ofícios.
- Centro do Conhecimento, que integra a Biblioteca Municipal Central e o Museu da Ciência.
- Reformar e ampliar estrutura das escolas rurais.

2- CEINFS:

- Vincular, definitivamente e integralmente, à Secretaria Municipal de Educação.
- Atender Centros de Educação Infantil em Tempo Integral ou com jornada estendida para atender mães que trabalham em horários noturnos, inclusive nas férias.
- Cumprir meta de atendimento das crianças de zero a três anos até 2016.
- Oferecer atendimento nos CEINFS durante as férias.

2- Ensino fundamental e médio:

- Implementar a Política de Gestão Escolar e atrelar à Avaliação Institucional.
- Estimular a participação dos alunos em olimpíadas de matemática e português organizadas pelo Ministério da Educação.
- Introduzir programas de educação para a cidadania- práticas de saúde, de ética, educação para o trânsito, higiene, e voltadas para a sustentabilidade, a preservação dos recursos naturais -economia de água, coleta reciclável de lixo, preservação do verde, plantio de alimentos etc.

3- Projetos especiais:

- Projeto Traje - Travessia Educacional do Jovem Estudante: Ampliar o projeto e implantar três novos núcleos, além do já existente, para atender estudantes entre 14 e 17 anos com defasagem idade/ano e inseri-los no mundo do trabalho.
- Liceu de Ofícios: criação e implantação. Para oferecer aos adultos formação e qualificação para o trabalho - empregadas domésticas, pedreiros, entre outros-, e criar bolsa auxílio para os participantes que necessitem de ajuda para prover seu sustento durante a participação nos cursos.
- Oferecer a população indígena oportunidade de ensino em dialetos indígenas.
- Oferecer nas escolas municipais oportunidade de educação rural.

4- Tecnologias no ensino:

- Criar, implantar e preparar professores para trabalhar com ambientes virtuais de aprendizagem.
- Atualizar e expandir a rede digital.
- Ampliar e interligar as bibliotecas online e disponibilizar listas dos livros oferecidos em cada uma.

5- Servidores da educação:

- Estabelecer plano de cargos e carreira para servidores da educação;
- Concurso público para preenchimento de vagas no setor;
- Cumprir Lei 11.738/2008, no que se refere ao valor do piso nacional para professores, carga



horária e jornada;

- Mapear doenças laborais e criar programas de prevenção;
- Centro de Atendimento Especializado ao Professor: criar espaço com centro de formação permanente para o professor, atendimento psicológico, terapia ocupacional, lazer, entre outras atividades.
- Criar a Escola Superior do Magistério para garantir formação continuada aos professores.

6- Democratização do ensino:

- Abrir discussão sobre eleições para diretores de escolas.

7- Merenda escolar:

- Descentralização da Merenda Escolar conforme preconizado no programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Aumentar número de nutricionistas para atender as escolas da REME.

8- Incentivar a cultura da paz:

- Em parceria com a Secretaria de Defesa, implantar programa de combate à violência nas escolas;
- Ampliar atendimento psicológico para alunos da REME;
- Avaliar a questão da segurança interna para os alunos de até 10 anos em horários de saída- não podem ir embora sozinhos.

9- Escola Aberta:

- Projeto de uso do espaço escolar nos finais de semana com programação cultural, esportiva, educacional que promova a aproximação da comunidade escolar da instituição nos finais de semana.

10- Participação Popular:

- Criar ouvidoria exclusiva para a educação.
- Apoiar e incentivar participação do Conselho Municipal de educação nas políticas de educação pública.

Habitação



Síntese do Diagnóstico

Campo Grande: **786.777 habitantes**

Extensão: **8 mil km²**

Área urbana: **-10% desse total e concentra mais de 98% dos habitantes.**

Maioria das residências: **Casas**

A maioria da população de Campo Grande mora em domicílios próprios. 30% pagam aluguel ou moram de favor. Supostamente, o déficit habitacional é dos mais baixos do país, estimado pela Prefeitura em menos de 4%. Mas, esse número vem sendo questionado. O cadastro dos habitantes sem casa carece de transparência, conforme a Prefeitura admite. Assim, a estimativa do déficit varia de 35 mil a 70 mil domicílios.

O processo de verticalização dos imóveis na cidade começou e as grandes construtoras e seus interesses tentam burlar as regras. Impõe-se fiscalização eficiente para cumprimento rigoroso da legislação de defesa do meio ambiente e de locais de proteção - como parques florestais, APAs, nascentes.

A maior parte dos investimentos em moradias veio de recursos federais - Minha Casa Minha Vida, representando 85% do total; investimentos do Estado, cerca de 9% e do município, menos de 6%. A população clama pelo fim do sistema de sorteios para distribuição das casas. Há denúncias de favoritismos político.

Há casos de beneficiados que vendem ou alugam os imóveis, e voltam a habitações precárias. Há reclamação, também, quanto à qualidade dos imóveis e de descumprimento de contrapartidas pela Prefeitura, estabelecidas com os entes parceiros. Em alguns dos novos conjuntos faltam também escolas, creches e linhas de ônibus.

A Prefeitura informa que em Campo Grande não há favelas. É contestada pelo Movimento dos Sem Casa, que afirma haver 17 favelas no município - considerando favela como aglomerado de habitações precárias em número superior a 51 unidades.

Outra grande insatisfação é quanto ao aumento do IPTU. Os números oficiais têm sido contestados com veemência por vários contribuintes. Nos últimos anos, os reajustes tem sido, em média, superiores aos índices de inflação. Há munícipes que afirmam ter arcado, em 2011 e neste ano, com reajustes de 42% e até 400%.

CHOQUE DE GESTÃO NA HABITAÇÃO

A nova administração vai dinamizar a Empresa Municipal da Habitação - EMHA, dar-lhe autonomia e recursos, cessar a política equivocada de nomeações por favoritismo político e preencher seu quadro administrativo com profissionais competentes e motivados a enfrentar os desafios do setor de Habitação.

A população será conclamada a construir junto com a prefeitura a política para essa área. Vamos criar o projeto Meu Cantinho, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional na cidade. Vamos participar de todos os programas de habitação oferecidos pelo governo federal e estadual e investir recursos próprios. Outro compromisso da nova gestão é adotar critérios técnicos e justos para a definição dos índices de reajuste do IPTU.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA HABITAÇÃO

1- Habitação Popular:

- Ampliar a participação do município nos programas de habitação dos governos Federal e Estadual e na aplicação de recursos próprios da Prefeitura na construção de moradias, colocando como meta construir 5 mil casas por ano, com o fim de reduzir o déficit habitacional.
- Incentivar a participação popular na formatação das políticas para a habitação.

2- Projeto Lar Doce Lar:

- Implantar projeto Lar Doce Lar, que apóia a reforma ou construção de casas de famílias de baixa renda e de idosos.

3- Gestão em rede:

- Atuar em consonância com outros órgãos das administrações públicas - o Planurb, secretarias de Meio Ambiente, de Assistência Social, a secretaria da Família.

4- Transparência:

- Criar sistema de cadastro das famílias candidatas a imóveis construídos pela Prefeitura com

absoluta transparência.

- Fim do favoritismo político. Desenvolver critérios objetivos e transparentes para a distribuição das casas, isentos de favoritismos políticos e outros.

5- Fiscalização:

- Aumentar a fiscalização sobre o uso das moradias entregues para que não sejam vendidas ou alugadas voltando a família beneficiada a ocupar moradia precária.

6- Contrapartidas:

- Cumprir a legislação das contrapartidas e garantir a infraestrutura básica nos novos bairros.

7- Orientação para expansão urbana:

- Para que a construção de imóveis esteja em acordo com a legislação de defesa do meio ambiente e do zoneamento urbano, a fim de que as obras não tragam prejuízos a mananciais e nem se localizem em áreas protegidas como as vizinhanças dos parques florestais e nas APAs, áreas de proteção ambiental.

8- Novas tecnologias:

- Informatização do cadastro das famílias.

9- Estímulos à sustentabilidade:

- Criar ou ampliar estímulos para a construção de novos imóveis ou reforma de já construídos que obedeçam a critérios de sustentabilidade, como: captação de águas pluviais; aquecimento solar, uso de materiais alternativos para construção, entre outras.
- Criar selo de sustentabilidade, para atestar a eficiência energética e qualificar as construções conforme os materiais usados nas fachadas, coberturas, janelas, portas, sistemas naturais de iluminação e ventilação.

10- IPTU:

- Congelamento da tarifa do IPTU até a implantação de nova política justa de cobrança, que será debatida com a sociedade.
- Implantar nova política para o IPTU, estabelecendo tarifas sociais e critérios justos para a cobrança.
- IPTU Regressivo: Para construções que utilizem tecnologias modernas, positivas em relação a preservação ambiental, como aquecimento solar, gás, substituindo chuveiros elétricos; Para aquelas que tenham áreas de captação de água além dos limites estabelecidos em lei; Para quem já tem casa e amplia a área verde, planta mais árvores além do limite sem impermeabilização do solo que a lei exige.



Assistência

Social



Síntese do diagnóstico

Campo Grande vem desenvolvendo sua rede de assistência social distribuída por toda a cidade. A Assistência Social Básica conta com 19 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), 4 Unidades Descentralizadas de Assistência Social (UNIDAS), 1 Centro Público de Atendimento à Criança e ao Adolescente; 1 Banco de Alimentos – Central de Processamento de Alimentos (CPA); 1 Centro de Capacitação e Formação Profissional (CECAPRO); 1 Centro de Convivência de Idosos (CCI's).

A rede conta ainda com o Serviço de Proteção Especial, voltado para os grupos envolvidos em situação de risco pessoal ou social, ou violação de direitos – abandono, violência. Para essa assistência, a cidade conta com 3 Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREA). Para pessoas que vivem nas ruas, que não contam mais com o apoio da família, migrantes, há 1 Centro de Triagem e Centro de Encaminhamento do Migrante e População de Rua (CETREMI), 1 SOS Abrigo. Também participam desses serviços entidades da comunidade, ONG's, abrigando crianças e idosos.

Mas, apesar ampla infraestrutura física e do serviço descentralizado, o município precisa ir adiante, implantar políticas mais arrojadas para o setor, que encare de vez a miséria, a pobreza, a desagregação familiar, base das maiores mazelas sociais.

CHOQUE DE GESTÃO: AMPLIAR A REDE DE SEGURANÇA SOCIAL E APOIAR A FAMÍLIA

É aqui que o serviço público pode concretizar em políticas públicas os sentimentos de solidariedade e de compaixão que se manifestam espontaneamente na sociedade. A Assistência Social deve ter como centro reforçar o papel da família, apoiar todos os esforços da comunidade para impedir sua desagregação e perda de sua identidade. Para tanto, vamos reorientar e reforçar as ações do Sistema Único de Assistência Social tendo como alvo a família.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL – A SECRETARIA DA FAMÍLIA

1-Choque de gestão:

- A Secretaria de Assistência social vai recuperar sua capacidade de atuar em benefício das políticas sociais e passará, também, a ter a família como centro das políticas do setor.

2-Recursos:

- Buscar os recursos oferecidos pelos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal e investi-los de maneira integrada em favor da população mais vulnerável. Criar novas fontes de recursos, como a Nota Fiscal Solidária, em que uma parcela do imposto municipal possa ser repassada para mitigar a pobreza.

3-Criança e Adolescente:

- Criar o Plano Municipal da Criança, que estabelece políticas para o desenvolvimento pleno da infância.
- Promover ações integradas das áreas de Assistência Social com Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Saúde .
- Fortalecer a capacidade de atendimento contra todas as formas de violência resultantes de negligência, abuso, maus-tratos, exploração sexual e crueldade.
- Incentivar o Instituto Mirim de Campo Grande.

4-Mulher:

- Dar atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência. Oferecer locais de abrigo a elas. Divulgar amplamente os serviços de atendimento existentes à disposição das mulheres vítimas de violência.
- Divulgar amplamente a Lei Maria da Penha sobre a violência contra a mulher e criar condições de acesso à defesa dos direitos das vítimas.
- Desenvolver programas que contribuam para a reestruturação da vida das mulheres que sofreram violência doméstica e tiveram o lar desfeito.
- Priorizar às mulheres chefes de família e de baixa renda nos programas sociais do município.
- Desenvolver programas e atividades de cultura, esportes e lazer destinados às mulheres nos equipamentos municipais.
- Garantir o direito constitucional de oferecimento de creches para filhos de mães trabalhadoras.

5-Idoso:

- Implantar o PAI, Pronto Atendimento ao Idoso, na rede de saúde.
- Construir novos centros para idosos.
- Dinamizar as condições de uso, pelos idosos, dos espaços existentes, com ofertas de serviços e atividades de convivência, especialmente aos mais vulneráveis.
- Desenvolver o programa Pontos de Encontro, nos bairros e localidades de maior concentração de pessoas idosas.
- Promover atividades de lazer e turismo para pessoas idosas, em convênios com as agencias operadoras de turismo locais em consonâncias com as iniciativas federais já existentes.
- Incentivar o setor privado a gerar alternativas de moradia para pessoas idosas.



- Incentivar a produção cultural e de lazer para os idosos.
- Apoiar as iniciativas das Universidades Abertas da Terceira Idade.

6-Pessoas com Deficiência:

- Garantir o cumprimento da legislação existente de apoio às pessoas com deficiência pelo poder público e pela iniciativa privada, como acesso a emprego e facilidade de locomoção.
- Estimular centros recreativos esportivos especiais para pessoas com deficiência. Criar condições de preparação para participação em jogos e competições.
- Oferecer cursos especiais de educação para pessoas com deficiência.
- Estimular o voluntariado em assistência a pessoas com deficiência.
- Desenvolver campanhas educativas sobre os direitos das pessoas com deficiência.
- Oferecer acessibilidade adequada aos portadores de deficiência visual em portais e sites que disponibilizam serviços públicos.

7-Juventude:

- Participar do programa ProJovem, visando oferecer atendimento aos jovens entre 15 e 29 anos excluídos da escola e da formação profissional, para que possam ser inseridos à comunidade e ao mercado de trabalho.
- Apoiar o programa Primeiro Emprego para oferecer qualificação profissional a jovens de 16 a 24, que estejam desempregados.
- Promover campanhas de esclarecimento sobre sexualidade e uso de drogas.
- Garantir atendimento adequado a jovens em situação de uso de drogas e a suas famílias.

8-Igualdade:

- Promover formação permanente dos servidores públicos sobre direitos humanos com o objetivo de eliminar manifestações de qualquer tipo de discriminação por etnia ou gênero.
- Desenvolver políticas de inclusão social e atendimento de saúde, educação, garantia de direitos e valorização da cultura das populações pertencentes a todas as etnias.

9-Inclusão social:

- Promover linhas de ação para o combate à pobreza e à miséria.
- Estender ações da Política de Assistência Social aos distritos, em articulação com outras políticas públicas, ampliando as possibilidades de garantia de direitos à população rural.

10-Ações comunitárias:

- Implantar ações sócio-educativas em meio aberto para toda a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica visando o fortalecimento da convivência comunitária e a integração social;
- Mobilizar psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais para atuar em escolas, associações de moradores e junto às famílias para que as pessoas possam falar de seus problemas, discutir divergências e conflitos familiares e de vizinhos buscando o apaziguamento. As experiências mostram que cerca de 80% dos problemas são resolvidos nessas reuniões.
- Dar apoio e desenvolver parcerias com as ONGs que fazem trabalhos de assistência social, que cuidam de doentes e pessoas com deficiência e outros problemas sociais no ambiente familiar em bairros da periferia.
- Incentivar campanhas de atitudes solidárias e a cultura da paz.



Cultura



A pouca atenção dada pelos poderes públicos à cultura é injustificável e contraproducente. Campo Grande conta com um cenário cultural diversificado e muito rico, resultado de uma forte imigração.

Além dos brasileiros de outros estados, como mineiros, paranaenses, gaúchos, nordestinos, paulistas, índios e negros, destacam-se alguns povos que ajudaram a compor a “cara” do campo-grandense: paraguaios, japoneses, árabes, italianos, espanhóis.

Não é por acaso, portanto, que a cidade produz uma cultura original e variada, que se manifesta na música popular onde se destacam artistas reconhecidos em todo o país. É, também, a cidade onde mora um dos maiores poetas do país, o cuiabano-pantaneiro Manoel de Barros.

As artes plásticas, audiovisuais, a dança, o artesanato e o teatro são atividades dinâmicas na capital. A cidade conta com centros culturais, anfiteatros, salas teatrais, porém, longe dos bairros.

CHOQUE DE GESTÃO: 1% PARA A CULTURA

Nossa primeira ação na cultura será garantir a aplicação de 1% do orçamento municipal nessa área. Vamos adotar, também, uma política abrangente, de modo a acolher o maior número possível de manifestações artísticas e incentivá-las desde sua raiz até suas maiores expressões. Queremos implantar programas indutores, que facilitem essas manifestações e com a garantia de recursos para promover seu amadurecimento. Nosso papel será buscar, ativamente, o intercâmbio dos eventos que se realizam na região central e os dos bairros para enriquecer nosso cenário cultural e valorizar nossos artistas.

PROPOSTAS PARA A CULTURA

1- Choque de gestão na Cultura:

- Encampar de imediato as propostas do movimento “1% para a cultura” e determinar imediata aplicação desses recursos para o fomento da cultura.
- Desvincular os gastos com folha salarial, custeio e obras do 1% destinado à Cultura para fomentar os artistas e as produções culturais.
- Ampliar as parcerias com ONGs, Oscips e com o Ministério da Cultura para viabilizar mais recursos por convênios para a cultura.
- Criar o Bolsa-Cultura, de incentivo a jovens talentos artísticos.
- Reativar o Caminhão da Cultura, que leva atrações culturais para os bairros.
- Unificar calendário de eventos para evitar o congestionamento nos hotéis do município.

2- Participação popular:

- Fortalecer a participação do Conselho Municipal de Cultura.
- Implementar estudos envolvendo a sociedade para profundo debate acerca da construção do Teatro Municipal de Campo Grande.

3- Servidores:

- Implementar a formação de Gestores Municipais de Cultura, através de oficinas, reuniões, visitas externas de âmbito nacional, eventos culturais etc., a fim de adequar a inter-relação das instituições públicas com os atores culturais.
- Artistas:
- Criar um plano de apoio aos artistas campo-grandenses- artistas plásticos, bailarinos atores - em conjunto com as categorias.
- Criar um plano de apoio aos artesãos de Campo Grande em conjunto com a categoria.
- Reavaliar a política atual de pagamento de cachês para artistas nacionais e locais.

4- Obras para a Cultura:

- Construir uma Biblioteca Municipal que integre um Centro do Conhecimento- projeto transversal com a Secretaria Municipal da Educação, destinado à interação da infância e juventude com as invenções científicas e tecnológicas, visando estimular a iniciação e as vocações.
- Construir uma Arena Multiuso para a realização de grandes eventos, como feiras de negócios e shows.
- Reformar e equipar o Teatro do Paço Municipal.
- Construção da Casa do Artista de Campo Grande.
- Criar a Escola de Artes de Campo Grande.
- Construir um Planetário (observatório astronômico) num dos parques da cidade.
- Criar Centros Culturais nas diversas regiões da cidade, com teatro e espaço para exposições artísticas.

5- Informações:

- Realizar Censo Cultural no município para identificar com precisão os atores culturais a fim de melhor apoiá-los.

6- Descentralização da Cultura:

- Incentivar a produção cultural nos bairros carentes da cidade.
- Criar uma rede apoio amplo aos Pontos de Cultura.
- Adotar medidas para valorizar o artista local e as atividades artísticas nos bairros, iniciativas

de ONGs e outros grupos locais.

- Programar atividades sistemáticas para o público nos parques.
- Escola Aberta, atividades culturais para as escolas durante os finais de semana.

7- Eventos:

- Recuperar festas tradicionais da comunidade campo-grandense que, por falta de apoio público deixaram de ser realizadas, como a “Festa das Nações”.
- Incrementar calendário de eventos em feriados para atrair turismo e movimentar o comércio da cidade e instituir Virada Cultural de Campo Grande.
- Apoiar a criação e realização de festivais e feiras culturais, com intuito de promover o intercâmbio cultural, tecnológico, econômico e social.
- Criar festivais que apóiem os novos talentos artísticos.

8- Audiovisuais:

- Incentivar a produção de audiovisual da cidade.
- Oferecer oportunidades de formação a capacitação continuada para artistas das áreas de fotografia, vídeo e cinema.
- Promover estudos para a implantação de uma escola de audiovisuais- cinema e vídeo.
- Incentivar cinema itinerante.

9- Memória e patrimônio Cultural

- Criar iniciativas de valorização da memória municipal.
- Incentivar a preservação do patrimônio imaterial de Campo Grande.

10- Música:

- Apoiar a Orquestra Municipal de Campo Grande.
- Oferecer oportunidades de formação a capacitação continuada para profissionais da música – produtores, técnicos, instrumentistas, cantores, entre outros.



Esporte

e Lazer



Síntese do diagnóstico

Campo Grande possui uma ampla infraestrutura para a prática esportiva, mas, devido a problemas de gestão, boa parte se encontra sem utilização ou em estado precário de conservação. Além disso, os equipamentos de esporte e lazer estão distribuídos de maneira desigual, em prejuízo dos bairros mais distantes. Levantamento “Pensando Campo Grande” também registrou insatisfação dos moradores dos bairros com a insuficiência da oferta de atividades e eventos esportivos e de lazer.

A Fundação Municipal de Esportes (FUNESP), subordinada à Secretaria de Governo, é responsável pelo setor de Esporte e Lazer. Foi criada como Fundação para agilizar a captação de recursos. Nos últimos anos, a FUNESP enfrentou grandes dificuldades para cumprir seus objetivos. No último ano, a situação se agravou. A equipe de direção, que vinha desenvolvendo a gestão, foi afastada. Diversos programas foram suspensos. Sem manutenção, a infraestrutura entrou em processo de degradação.

CHOQUE DE GESTÃO: INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER

Vamos aplicar na FUNESP uma política que dinamize todas as atividades esportivas e de lazer, que vai colocar equipes de instrutores para incentivar e ensinar as práticas esportivas. Promover a ligação entre as atividades esportivas e estudantis em toda a rede escolar. Recuperar e adequar as praças esportivas e de lazer para que ofereçam melhores condições para a atividade do público em geral e dos atletas.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA ESPORTE E LAZER

1- FUNESP:

- Recuperar o padrão de eficiência de gestão da FUNESP.
- Criar plano de salários e carreira para os servidores da FUNESP.
- Aumentar para salário mínimo a remuneração dos monitores das escolinhas.

2- Recursos:

- Aumentar o Fundo de Apoio ao Esporte- FAE, dos atuais 300 mil reais para um milhão de reais.
- Criar a Bolsa Esporte, para atletas de alto rendimento esportivo do município.

3- Obras para o Esporte e Lazer:

- Construir o Ginásio Esportivo Municipal Multiuso, com tecnologias modernas para abrigar diversas modalidades e eventos.
- Levar academias ao ar livre para todas os parques e praças da cidade.

4- Descentralização das ações:

- Fomentar a criação de polos esportivos nas regiões da cidade.
- Ampliar a rede de equipamentos nas várias regiões da cidade para oferecer oportunidades de esporte e lazer também para os bairros e comunidades da periferia.

5- Eventos:

- Estimular a economia local com a atração de grandes eventos esportivos dos circuitos nacional e internacional para Campo Grande.
- Apoiar a realização dos Jogos Indígenas.

6- Liga Nacional:

- Inserir Campo Grande em uma liga nacional de esporte – a ser escolhida pela comunidade desportiva. O município irá adquirir tal vaga com apoio de patrocínio de empresas.

7- Esporte e prevenção:

- Ampliar a utilização dos parques da cidade para a prática de esporte. Oferecer ao público equipes multidisciplinares nos parques e praças (brincadeiras, educação física, iniciação aos esportes, arte e educação, iniciação em educação ambiental).
- Promover campanhas sistemáticas para mobilizar a comunidade, na área central e nos bairros, para participar das atividades de esporte e lazer e colaborar com sugestões e iniciativas para dar mais dinamismo ao setor.
- Incentivar e promover programas de esportes para idosos.
- Manter e ampliar as escolinhas de esporte (para público de 07 a 16 anos).
- Criar seleções municipais das 15 modalidades de escolinhas esportivas existentes.
- Levar o projeto Movimento-se –ginástica, para todas as regiões da cidade.

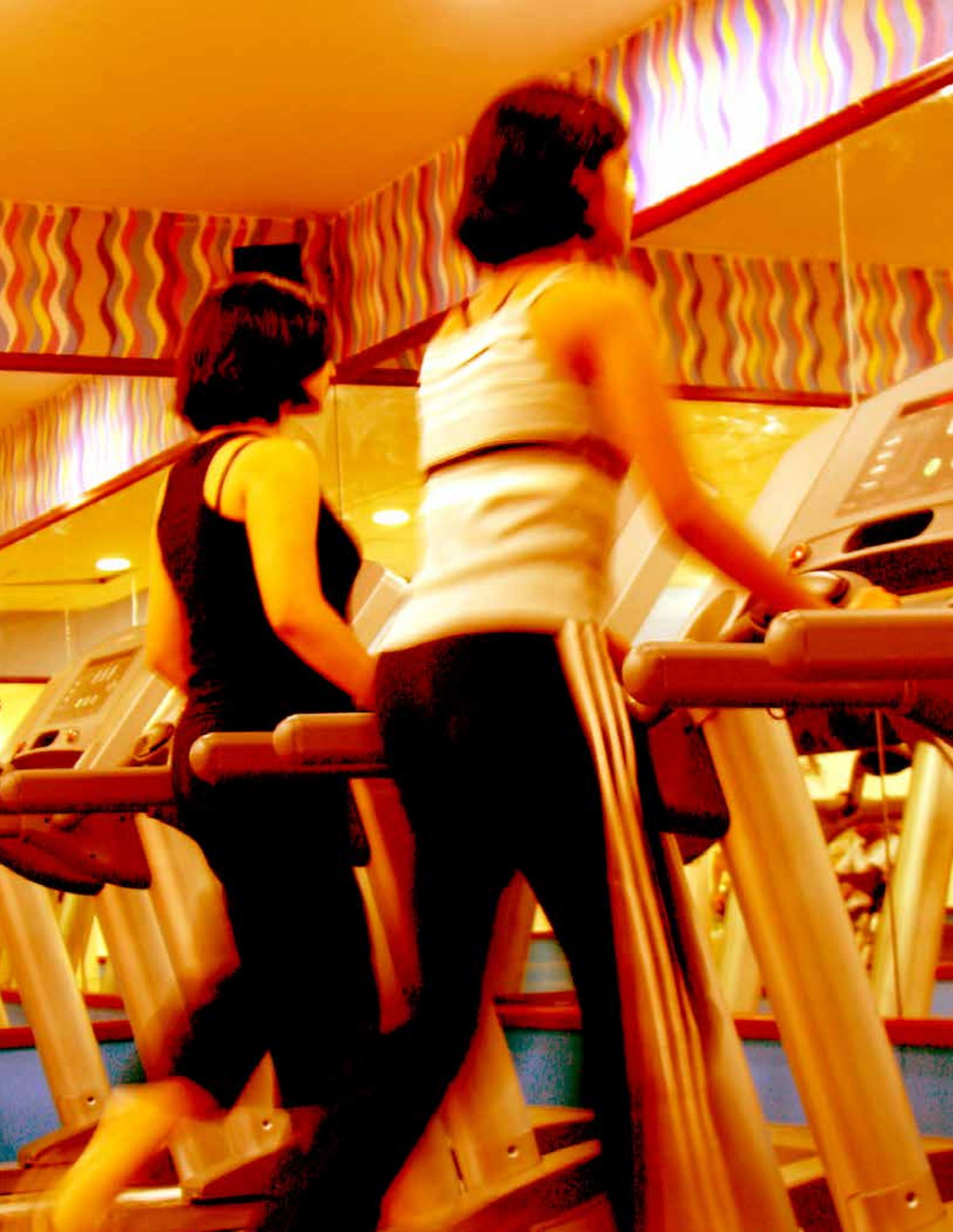
8- Inclusão:

- Incentivar e promover programas paradesportivos.
- Garantir estrutura de acessibilidade nos equipamentos esportivos públicos para portadores de necessidades especiais.
- Criar os Jogos Paradesportivos de Campo Grande.

9- Novas atividades:

Yoga, tai chi chuan e artes marciais nos parques.

10- Manter e ampliar programas em curso.



Mobilidade

Urbana

Síntese do diagnóstico

Trânsito

A falta de seriedade para tratar da mobilidade urbana em Campo Grande trouxe graves problemas: trânsito com altos índices de acidentes e mortes, congestionamentos, transporte público de má qualidade e com tarifas exorbitantes.

Nos últimos anos, o número de veículos particulares circulando pela cidade passou de 224 mil veículos, em 2003, para 388 mil em 2010. Só que a malha viária praticamente permanece a mesma desde a há décadas. Hoje, as vias dão sinais de saturação, o sistema de faróis e de sinalização horizontal estão superados e insuficientes e o trânsito se tornou mais denso e violento. Nos primeiros seis meses de 2012, morreram 46 pessoas, vítimas de acidente de trânsito. Boa parte dos acidentes aconteceram em bairros, que padecem com a falta de sinalização e monitoramento.

Para os pedestres, a situação não é diferente. Os espaços públicos -calçadas, praças e parques, não têm ambiência. A atual gestão aumentou o número de ciclovias, mas, sem interligações, tornam-se ineficientes.

Na década de 90 se procurou dar racionalidade ao sistema para atender ao transporte coletivo, de ônibus, com a criação de linhas tronco, alimentadoras, interbairros etc. Desde então, pouco mudou. Os bairros viraram ilhas: o usuário do transporte coletivo que precisa ir de um bairro a outro, vizinho do seu, necessita se deslocar até a região central. O Levantamento "Pensando Campo Grande" revelou a insatisfação com o sistema de transporte público. "É demorado"; "a tarifa é cara" "atrasa muito"; "poucos ônibus"; "ônibus em más condições"; "a gente paga para andar em sucata", são algumas das reclamações mais presentes.

Transporte coletivo lento

A velocidade média dos 539 ônibus não chega a 18 km por hora. Em 78% das 137 linhas de ônibus da capital o usuário demora mais de 40 minutos para chegar ao destino. 58.3% dessas linhas a demora é de mais de uma hora.

64% dos usuários usam transporte coletivo por falta de opção.



CHOQUE DE GESTÃO: SEGURANÇA E TECNOLOGIA NA MOBILIDADE URBANA

O trânsito está tirando vidas. É preciso urgentemente proteger os cidadãos. De imediato, implantaremos estudos para viabilizar a instalação do sistema de monitoramento por câmeras do trânsito da cidade, com central interligada com a polícia, hospitais e outros órgãos de apoio. Vamos chamar a população para um amplo debate, promover campanhas educativas nos meios de comunicação e nas escolas.

Precisamos valorizar o Planurb, conclamar arquitetos, engenheiros e urbanistas para construir um planejamento para ordenar os fluxos da circulação, redefinir trajetos e até construir novas alternativas de acesso e, assim, modernizarmos o trânsito. As novas tecnologias serão armas poderosas para disciplinar a mobilidade urbana e ampliar a segurança nas ruas da cidade.

O Pedestre terá prioridade. O novo sistema inteligente para o trânsito irá disciplinar a circulação de carros, para que as pessoas sejam protegidas dos atropelamentos. Vamos criar ambiência nos espaços públicos, principalmente construindo calçadas, o maior desses espaços, para incentivar convívio social - isso diminui a violência nos bairros. Tudo isso, sem nos esquecer as pessoas com deficiência, que precisam de acessibilidade. Vamos ampliar rede de cicloviarias, interligá-las e incentivar o uso da bicicleta.

A nova gestão criará corredores exclusivos de ônibus e o uso de veículos articulados, com investimentos em novos veículos, modernização do sistema, com controle informatizado e informação aos clientes dos horários dos ônibus, sistemas de acessibilidade a passageiros com deficiências. Precisamos reduzir a duração dos trajetos em pelo menos 25% do tempo e



melhorar as condições de conforto dos usuários. Vamos rever as tarifas do transporte coletivo com fins de redução de custos e abrir as planilhas de cálculos para toda a sociedade.

Segurança, modernidade e transparência serão marcas desse novo projeto para a mobilidade urbana. Vamos fortalecer o Instituto Municipal de Planejamento Urbano- Planurb, para que seus técnicos, em comunhão com o Conselho de Desenvolvimento Urbano Municipal e com o desejo da população, construam diretrizes que orientem projetos modernos e adequados para a expansão da cidade.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A MOBILIDADE URBANA – TRANSPORTE E TRÂNSITO

TRÂNSITO:

1- Choque de gestão:

- Valorizar o Instituto Municipal de Planejamento Urbano - Planurb.
- Desenvolver o planejamento urbano, redefinição do trânsito e do sistema de ruas, avenidas e a interligação entre os bairros.

2- Participação Popular:

- Valorização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, como forma de fortalecer a participação da sociedade no planejamento da cidade.

3- Obras para melhorar o trânsito:

- Recuperar com obras complementares e recapeamento as pistas dos corredores de ônibus e principais avenidas das sete regiões que compõe Campo Grande.
- Construir viadutos nos pontos de estrangulamento de vias.
- Construir calçadas apropriadas para incentivar as pessoas a andar a pé em segurança.
- Ampliar e interligar as ciclovias para estimular o transporte por bicicleta aproveitando a vantagem de uma cidade plana.

4- Novas tecnologias para o trânsito:

- Implantar sistema de monitoramento do trânsito através de câmeras instaladas nas avenidas e ruas, controladas por uma central.
- Informatização do sistema de sinalização, semáforos inteligentes, semáforos sonoros para orientar pessoas com deficiência visual.
- Ampliar Onda Verde nas vias de grande fluxo de veículos.
- Sinalização horizontal, faixas de pedestres com monitoramento.
- Desenvolver estudos para novos meios de transporte urbano.

5- Programas educativos:

- Implantar campanhas educativas pelos meios de comunicação e diretamente com as pessoas nas ruas, com monitores nos cruzamentos mais movimentados e perigosos para orientar pedestres e motoristas.
- Realizar ações transversas com as demais pastas da administração com vistas a melhoria no trânsito – educação, saúde, entre outras.

TRANSPORTE COLETIVO

1- Choque de gestão:

- Rever custos da tarifa de ônibus.
- Abrir planilhas para a sociedade e implantar sistema de transparência nas negociações e contratos.
- Redefinir política de compensação tributária com vistas à redução da tarifa de ônibus.
- Planejar sistemas de corredores para o transporte urbano que suportem crescimento para os próximos 20 anos.

2- Participação Popular:

- Fortalecer a participação da comunidade.
- Exigir das concessionárias acessibilidade para portadores de deficiência física nos veículos urbanos.

3- Obras e investimentos para o transporte coletivo:

- Criar novos terminais de transbordo.
- Em parceria com o Governo Federal, reformular todo o sistema urbano e o transporte coletivo para a ampliação e a modernização da frota, criação ou recuperação de corredores exclusivos de ônibus articulados.
- Exigir das empresas concessionárias para os serviços de transporte coletivo o cumprimento da renovação da frota.
- Fiscalizar a situação dos pontos de ônibus- cobertura e assentos, e exigir melhorias das concessionárias.

4- Novas tecnologias:

- Implantar sistema de monitoramento por câmeras do sistema integrado de transportes.
- Criação do Centro Integrado de Transporte e Trânsito. Todos os ônibus vão possuir um computador de bordo que agrega varias funções como a dos validadores da bilhetagem eletrônica com registro fotográfico.
- Esse sistema permitirá controle real sobre as gratuidades e beneficiários que possuam algum tipo de desconto no transporte público. O controle evita fraudes e auxilia na manutenção de um baixo custo da tarifa.
- O sistema de GPS integrado informará ao centro de controle a posição dos ônibus em circulação, evitando o comboiamento e garantindo a regularidade no sistema de transporte;
- Através de tela instalada na cabine os motoristas serão informados em tempo real sobre sua regularidade (atrasado ou adiantado) e poderão interagir com a central de controle (congestionamentos, quebras, acidentes, etc).
- Pela rede digital (telefone celular) o usuário poderá se informar sobre o horário dos ônibus, quanto tempo falta para sua condução passar no ponto em que está esperando.

5- Novas linhas: microônibus para atendimento inter-bairros

PQ. PODERES
CENTRO →

↑ SÃO PAULO
TRÊS LAGOAS



YAMAHA

DISCOTECA

UNIDERP

ATENÇÃO



AFETIVIDADE
NOS RELACIONAMENTOS



Obras



Síntese do diagnóstico

No levantamento “Pensando Campo Grande”, arquitetos e urbanistas reclamam do enfraquecimento do Instituto Municipal de Planejamento Urbano- Planurb, importante órgão que orienta o crescimento da cidade e da atuação da Secretaria Municipal de Obras quanto aos critérios para a realização das obras do município. Segundo eles, os interesses imobiliários e a falta de estudos técnicos aprofundados para nortear os projetos na cidade vêm driblando a proteção de áreas ambientais importantes para o município nas barbas do poder público.

Um exemplo: A cada chuva forte, a população de Campo Grande sofre com as enchentes, os desbarrancamentos e erosão de ruas. Conseqüências das obras realizadas sem planejamento urbanístico, sem drenagem eficiente e sem levar em conta os fluxos cíclicos de rios e córregos que atravessam a capital. Obras mal planejadas, sem considerar estudos de micro e macrodrenagem dessas bacias, levam ao desperdício dos recursos públicos.

CHOQUE DE GESTÃO: PLANEJAMENTO E SERIEDADE NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O levantamento “Pensando Campo Grande”, realizado em milhares de domicílios de Campo Grande, deu indicações de que a população reclama obras importantes para a cidade. Na nova administração os projetos nessa área serão executados obedecendo aos critérios da necessidade, do rigoroso planejamento e a partir das determinações da comunidade.

Vamos fortalecer o Instituto Municipal de Planejamento Urbano- Planurb, para que apóie a Secretaria Municipal de Obras e, ainda, conclamar a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbanismo para garantir projetos sérios, seguros e responsáveis. E para assegurar a correta aplicação dos recursos municipais, a prefeitura vai instaurar auditoria permanente na Secretaria Municipal de Obras.



PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS

1- Choque de gestão

- Implantar auditorias permanentes na secretaria de planejamento e de obras.
- Promover o estudo das micro e macro bacias para ordenar as novas obras públicas e a expansão do sistema de drenagem urbana.
- Incentivar a participação popular.
- Discutir de planejamento e obras com a comunidade.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

2- Meio ambiente:

- Construção, reformas e manutenção de ruas, avenidas, edifícios devem ser precedidos de um sistema de drenagem que não aprisione, mas dê livre curso aos rios e córregos que cortam a cidade.
- Construção de um lago/represa artificial no Parque Sóter, que está construído sobre uma grande erosão. Além de embelezar a cidade, o lago conteria as águas de drenagem dos bairros localizados na parte mais alta. Atualmente, estas águas são drenadas em direção às avenidas Mato Grosso e Afonso Pena. É uma obra tão necessária quanto a das barragens no leito do córrego Sóter.

3- Obras Programa Bairro Renovado:

- Pavimentação, recapeamento, iluminação pública, construção e reforma de calçadas, sinalização de trânsito, abastecimento de água, coleta de lixo e rede de esgotos.
- Operação Tapete Preto, de recuperação das principais vias de escoamento de trânsito entre as sete regiões de Campo Grande.
- Revitalização e repavimentação de ruas e avenidas, principalmente as que servem de linhas-tronco para o transporte público. Av. Bandeirantes, Av. das Bandeiras entre outras.
- Investir na reforma dos Centros Comunitários.
- Construir a Casa dos Conselhos Municipais.

4- Habitação:

- A meta é construir 5 mil casas por ano, com o fim de reduzir o déficit habitacional.

5- Obras para a Saúde:

- Construir um Pronto Socorro Infantil.
- Construção de um banco de leite materno municipal.
- Apoiar a ampliação de novos leitos hospitalares credenciados ao SUS.
- Reformar e expandir a rede de atendimento de Saúde.
- Implantação dos PAI - Pronto Atendimento aos Idosos.

6- Obras para a Educação:

- Criar um Centro do Conhecimento (ver capítulo Cultura). Aproveitar e reformar o prédio da antiga Estação Rodoviária, atualmente subutilizado.
- Reurbanizar e reativar os quarteirões do entorno da Rodoviária antiga.
- Criar a Biblioteca Municipal de Campo Grande, que deve ser instalada no andar superior do prédio reformado da antiga Estação Rodoviária.
- Construir um Planetário (observatório astronômico) num dos parques da cidade. Fazer uma pesquisa com a população para saber em que parque o observatório deve ser construído.
- Construir novos Ceinfs e novas escolas.
- Reformar prédios de escolas que estejam em situação precária e ampliar o número de salas de aula.
- Construir o Liceu de Ofícios.
- Reformar e ampliar escolas rurais.

7- Cultura:

- Reformar e equipar o Teatro do Paço Municipal.
- Construir uma Arena Multiuso para grandes eventos – feiras de negócios e shows.
- Construir Centros culturais em diversas regiões da cidade.
- Construir uma Biblioteca Municipal que integre um Centro do Conhecimento- projeto transversal com a Secretaria Municipal da Educação, destinado à interação da infância e juventude com as invenções científicas e tecnológicas, visando estimular a iniciação e as vocações.
- Construção da Casa do Artista de Campo Grande.
- Construir um Planetário (observatório astronômico) num dos parques da cidade.

8- Esporte e Lazer:

- Reformar praças de esportes e equipamentos de esportes e lazer.
- Construir e equipar o Ginásio Poliesportivo Municipal.
- Construir novos centros para idosos.

9- Segurança Pública:

- Construir a sede própria da Guarda Civil Municipal. Instalar postos da Guarda em quatro das regiões da cidade.

10- Mobilidade Urbana:

- Criar novos terminais de transbordo.
- Em parceria com o Governo Federal, reformular todo o sistema urbano e o transporte coletivo para a ampliação e a modernização da frota, criação ou recuperação de corredores exclusivos de ônibus articulados.
- Recuperar com obras complementares e recapeamento as pistas dos corredores de ônibus e principais avenidas das sete regiões que compõe Campo Grande.
- Construir viadutos nos pontos de estrangulamento de vias.
- Construir calçadas apropriadas para incentivar as pessoas a andar a pé em segurança.
- Ampliar e interligar as ciclovias para estimular o transporte por bicicleta aproveitando a vantagem de uma cidade plana.

Desenvolvimento

Econômico



Síntese do diagnóstico

A economia de Campo Grande cresceu aceleradamente nos últimos anos. A cidade está entre as que mais oferecem empregos no país, proporcionalmente. A atividade empresarial está centrada nos setores de serviços e comércio, em seguida vêm a indústria e a produção rural. De acordo com o levantamento "Pensando Campo Grande", a principal reclamação dos comerciantes é a falta de planejamento quanto ao crescimento integrado entre os setores produtivos. Eles também se ressentem de não serem ouvidos. O apoio à preparação profissional trabalhadores, de qualificação de mão de obra e para empresários, que estimulem a formação de novas empresas não são contínuos.

Campo Grande concentra o maior PIB industrial de Mato Grosso do Sul. O segundo setor no município tem mais força nos segmentos de alimentos, de confecções e no setor metalmeccânico. Entre os industriais, a queixa é de que a administração municipal não tem política de fomento, nem de atração e colocação das indústrias. Eles reclamam da falta de abertura junto ao poder municipal para participação da categoria. Segundo informam, embora o Conselho Municipal seja tripartite, a prefeitura sempre faz imperar seus interesses e sua vontade. Eles afirmam que há necessidade de produção de dados que norteiem políticas públicas. Outra reclamação é quanto a lógica urbana, que carece de mecanismos que atendam ao desenvolvimento do setor, que beneficiem empregadores e empregados. Os programas de incubadoras de empresas também precisam ser ampliados.

Já na base da cadeia produtiva, os agricultores têm reivindicações que se avolumam. O município conta com ampla extensão rural, no entanto, os estímulos para a atividades no setor e para a agroindustrialização não são suficientes. Muito menos, há trabalho significativo no sentido de integrar os dois setores. Paralelamente, há grandes mercados em potencial a ocupar. Estamos próximos da Bolívia e do Paraguai e mesmo o mercado interno tem suas demandas.

Na cidade, com exceção da mandioca, cuja produção local atende 90% do consumo, até agora, a maior parte do abastecimento de produtos de hortifruticultura e de leite e derivados vem de fora, de São Paulo e de outras regiões.

É sabido que grande parte do que vai para a mesa do brasileiro vem da agricultura familiar. No município, os assentamentos rurais implantados pelo Incra e pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul precisam ser incluídos nesse processo produtivo e as famílias terem asseguradas melhorias de condições de vida.

O turismo é outra área que avança e precisa de suporte para sustentar seu crescimento. A cidade precisa de ampliar leitos hoteleiros, empresários e trabalhadores do setor precisam ser melhor preparados e novas políticas implementadas para fomentar o turismo rural, de negócios, entre outros.

Campo Grande possui um polo de tecnologia da informação pronto para tornar-se realidade, aguardando apenas uma visão de futuro do poder público. Por ano, 2 mil estudantes ingressam em algum curso com base na tecnologia da informação. Depois de formados, a maioria desses profissionais desiste da profissão e vai para subempregos no comércio, ou procura emprego fora do Estado, porque não existe demanda pela mão de obra em Campo Grande.

CHOQUE DE GESTÃO: PARTICIPAÇÃO E DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A nova administração vai criar uma instância de relacionamento com o empresariado da cidade para acolher sugestões e colaborações e induzir políticas que integrem os vários setores produtivos, na área urbana e rural. Vamos garantir a participação de todos na construção do desenvolvimento da cidade, sem esquecer que produção agropecuária, o setor de transformação e de serviços fazem parte da mesma engrenagem e todos devem ser contemplados.

É necessário investir na produção de dados. Não como implantar políticas se não tivermos um norte seguro.

A nova administração também criar oportunidades para profissionais desenvolverem suas próprias empresas, promoverá parcerias com as universidades para instalar incubadoras, abrirá linhas de financiamento para projetos pioneiros e criativos estimulando novos negócios. Vamos investir em qualificação de profissionais.

Precisamos diagnosticar e investir nas vocações econômicas de Campo Grande. Para isso, é preciso uma pesquisa profunda, conhecer os mercados em potencial e traçar um plano arrojado, que crie condições de investimentos. O estado é grande produtor de carne e Campo Grande é palco importante para esse segmento. Precisamos, portanto, investir em um Centro de Tecnologias para a Cadeia da Carne.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1- Choque de gestão:

- Criar política de integração dos setores produtivos de Campo Grande.
- Unificar políticas públicas para a solução de problemas ambientais e sociais.
- Incentivar Produtores rurais para ajudar a transformar Campo Grande em uma cidade exportadora de alimentos – hortifrutigrangeiros, laticínios.

2- Participação popular:

- Fortalecer Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- Desenvolver parcerias com ONGs e OSCIPs para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável do município.

3- Produção rural:

- Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.
- Implantar políticas de direcionamento do setor produtivo rural.
- Incentivar o cooperativismo no município, principalmente nas cadeias da carne, do leite e de hortifrutigrangeiros.
- Apoiar pequenos e médios produtores rurais do cinturão verde da cidade.

- Apoiar a manutenção e ampliação de grupos de agricultura orgânica.
- Oferecer incentivos e informação tecnológica para modernizar a produção, para que produzam alimentos de qualidade, livres de contaminação.
- Facilitar acesso ao consumidor sem intermediários, via Mercado do Produtor.
- Incentivar a produção nos assentamentos rurais para que participem do abastecimento de alimentos para Campo Grande.
- Oferecer incentivos aos pequenos e médios produtores rurais para que desenvolvam pequenas agroindústrias a partir de suas próprias produções como queijo, conservas de frutas, doces etc, com SIF, Serviço de Inspeção Federal para que possam comercializar em outros estados.
- Incentivar métodos de produção de energia na propriedade (como biodigestores)
- Apoiar e incentivar a inclusão social através de projetos de produção agrícola – asilos, presídios entre outros.
- Incentivar a qualificação de mão de obra para atender o setor rural.

4- Inovações:

- Criar um Centro de Tecnologias da Cadeia da Carne.
- Incentivar a formulação e troca de tecnologias entre os empresários.
- Criar polo de Tecnologia da Informação.
- Criar um pólo de especialização e qualificação de mão de obra e empreendedorismo.

5- Comércio:

- Ampliar a revitalização do centro comercial, realizar obras que tornem a região comercial mais amigável, melhoria das calçadas, plantio de árvores.
- Estabelecer parcerias para estimular o comércio da cidade, mostrando que ao comprar em Campo Grande, todos temos a ganhar.
- Incentivar o empreendedorismo.
- Incentivar a qualificação da mão de obra para o comércio.
- Incentivar e estimular os comerciantes locais na expansão de seus negócios.
- Incentivar a construção de prédios-garagem no centro da cidade.

6- Produção industrial:

- Incentivar o uso de novas tecnologias no setor empresarial, industrial e rural (solar e eólica).
- Incentivar a instalação de abatedouros.
- Incentivar a instalação de empresas para aproveitamento de reciclados (energia, adubo orgânico, materiais de construção etc.).
- Incentivar e estimular as indústrias locais na expansão de seus negócios.
- Ampliar os pólos industriais para atração de novas indústrias.
- Tornar realidade o Porto Seco.

7- Turismo:

- Apoiar a qualificação de empresários do turismo e de mão de obra a ser absorvida por esse mercado.
- Incentivar a implantação e o desenvolvimento de roteiros de turismo rural no município.
- Apoiar a atração de eventos técnicos para incentivar o turismo de negócios na cidade.
- Buscar junto ao Ministério da Reforma Agrária a cessão de uso de áreas de uso comum dos assentamentos para incentivar o turismo rural nesses núcleos.
- Incentivar a ampliação da rede hoteleira municipal.

8-Novas empresas:

- Criar política de atração de novos empreendimentos para Campo Grande, com incentivos e condições transparentes.
- Fomentar a criação de novas empresas e incubadoras.
- Incentivar novas empresas de TI.

Meio

Ambiente

Síntese do diagnóstico

A questão ambiental é uma das mais sérias a serem tratadas no momento, embora a maioria da população desconheça a real gravidade dos problemas dessa área. O crescimento econômico desordenado nas últimas décadas, carente de planejamento e às vezes à margem da legislação ambiental, vem ameaçando a preservação de recursos para as futuras gerações.

Campo Grande teve cerca de 80 por cento da sua área constituída originalmente de cerrado, desmatados, transformados em pastagens e áreas de lavoura. Restam 168 mil hectares com cobertura vegetal, somando reservas e parques municipais. Toda essa cobertura verde restante está sob pressão e a sociedade local precisa estar alerta para que seja preservada.

Mais grave ainda é a pressão sobre os aquíferos e as nascentes. A bacia do ribeirão Guariroba, por exemplo, responsável por mais de 50% do abastecimento da cidade, encontra-se cercada de pastagens e plantações de eucalipto, sofre perdas contínuas com desmatamento, assoreamento e está sob pressão da expansão urbana, com risco de perda da qualidade da água. Outras áreas como a do entorno do ribeirão do Lajeado, que fornece cerca de 17% da água da cidade, estão sendo poluídas com despejo de lixo e construções clandestinas.

Em 2000, a Prefeitura de Campo Grande privatizou o sistema de água e esgoto. A concessão se estendia por 30 anos, portanto, só venceria no ano de 2030. Entretanto, em decisão contestada na Câmara de Vereadores, no início de 2012, a concessão foi ampliada por mais 18 anos. A justificativa da Prefeitura foi de que a empresa se dispôs a investir R\$ 639 milhões no projeto Sanear Morena 3, cujas obras deverão ser concluídas em 2025.

Mas, a concessionária tem recebido críticas da população, que reivindica fortemente a ligação de suas casas à rede de esgoto; reclama do alto valor da tarifa e reajustes constantes acima da inflação, da cobrança de taxa de esgoto em bairros onde o serviço não é prestado, da prática de suspensão indevida e autoritária de fornecimento de água e da falta de transparência nas planilhas de cálculos de cobrança de tarifas, no monitoramento dos indicadores de qualidade da água e tratamento de resíduos.

Apesar do grande volume de obras realizado nos últimos 15 anos, um problema de infraestrutura que não recebeu a devida atenção foi a drenagem urbana. Desde 2005, Campo Grande sofre com erosões, enchentes, alagamentos e outros transtornos decorrentes de impermeabilização do solo e irresponsabilidade na ocupação urbana. Hoje, quando ocorrem chuvas fortes, vários pontos da cidade são alagados, gerando caos no trânsito e enormes prejuízos financeiros aos cofres públicos.



Outro problema: o município não atende às exigências da Lei 12.305 da Política Nacional de Resíduos Sólidos no país. A situação do aterro municipal, o lixão, é vergonhosa: são problemas ambientais e sociais que levaram a várias denúncias do Ministério Público. Também há indícios de que o chorume, o líquido que escorre do aterro, pode contaminar o córrego Anhanduizinho que fica a 500 metros dali, ameaçando a saúde dos ribeirinhos e a contaminação no aquífero Guarani.

Observadores indicam a presença de 500 pessoas, aproximadamente, trabalhando no local em condições perigosas. Em 2011, houve um deslizamento e uma criança de nove anos morreu soterrada no lixão. A prefeitura assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público para a solução da situação do aterro.

Ainda sobre o lixo, a coleta seletiva, que teve início em 2011, é quase zero – representa 0,6% de todo o lixo coletado na cidade-. Por isso, um trabalho importante e pouco reconhecido pelo poder público e pela sociedade é feito pelos catadores, que coletam materiais recicláveis de porta em porta. Campo Grande possui três empresas de reciclagem que compram materiais para reciclagem. Um levantamento do projeto Cataforte, do Governo Federal desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, estima que haja pelo menos 2 mil catadores atuando no município.

Na outra ponta do problema do lixo estão os hábitos de consumo do campo-grandense, quase três vezes maiores que a média global. É o que revela a “pegada ecológica”, estudo realizado pela WWF em parceria com prefeitura e que traduz, em hectares, a extensão de território que uma pessoa ou uma sociedade “usa”, em média, para se alimentar, morar, se locomover etc.. Isso significa que estamos, extrapolando a capacidade de recuperação natural dos ecossistemas. Enfim, estes são apenas alguns pontos elencados. Mas, já servem para mostrar a população o quão importantes são e o quanto merecem ser tratados com seriedade, competência e respeito pelo próximo prefeito.

CHOQUE DE GESTÃO: A VIRADA PARA A SUSTENTABILIDADE

Campo Grande tem a chance realizar agora a grande virada para a construção de uma cidade sustentável, onde a boa qualidade de vida seja garantida para toda a sua população. Para isso, é preciso encarar com responsabilidade, competência e seriedade a questão ambiental. A nossa administração buscará o apoio da sociedade e das entidades não-governamentais para discutir a resolução dos problemas, mas, principalmente, ordenará estudos aprofundados que embasarão as políticas a serem implantadas e campanhas educativas.

Com base em planos de desenvolvimentos responsáveis e respeitando a legislação vigente, vamos organizar mosaicos verdes, que promovam ambiência, ajudem a filtragem de ar e água, a diminuição de temperaturas nos bolsões de calor do centro da cidade.

O Instituto Municipal de Planejamento Urbano - Planurb, precisa voltar ter força e cumprir seu papel de dotar o município de planejamento para acompanhar as demandas surgidas e exigir a construção e manutenção de uma rede de drenagem eficiente e a preservação de áreas livres e matas ciliares para fazer a contenção.

Nortearemos nossas ações a partir de levantamentos de impacto das micro e macro bacias que banham o município para fazer as obras que resolvam de vez o problema das enchentes e erosões. Assim, também evitaremos o desperdício dos recursos públicos.

O município deverá cumprir a lei de resíduos sólidos e realizar campanhas educativas que sensibilizem a população quanto a preservação dos recursos. Também vamos estabelecer políticas que incentivem o consumo consciente e que prevejam a implantação de sistemas energéticos mais eficientes e menos poluentes. O lixo produzido na cidade representa uma grande receita potencial para a Prefeitura e vamos aproveitar esses recursos. A quantidade de lixo existente viabiliza a construção de uma usina de produção de energia renovável. A produção de gás metano do lixão é um grande atrativo de investimento para organizações de todo o mundo.

PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA O MEIO AMBIENTE

1- Choque de gestão:

- Cumprir o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
- Fazer avançar a Agenda 21 na administração municipal.
- Compras governamentais devem priorizar a aquisição de materiais sustentáveis.
- Incentivar implantação de sistemas de captação de águas pluviais e de energia solar em prédios públicos – priorizar as escolas na implantação;
- Estimular e promover a educação ambiental junto a sociedade.



2- Fundo Municipal de Meio Ambiente:

- Direcionar parte dos recursos do fundo para ações de preservação e de educação ambiental.

3- Participação popular:

- Fortalecer a participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente.
- Apoiar as ONGs e OSCIPs.

4- Preservação e uso do solo:

- Redefinição da Política Ambiental com o objetivo de garantir a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável do município.
- Fiscalização rigorosa do uso do solo para coibir obras clandestinas e que promovam assoreamento e poluição dos rios e córregos.

- Fazer cumprir a lei do uso e ocupação do solo, adequar os projetos de edificações apresentados pela iniciativa privada aos dispositivos da legislação ambiental garantindo a preservação dos espaços urbanos.
- Ação efetiva e permanente de proteção de mananciais, matas ciliares e áreas de proteção ambiental, parques públicos e outras áreas verdes.
- Tornar realidade o Plano de Arborização Urbana de Campo Grande, como fim de criar mosaicos verdes, que permitam a filtragem de ar e absorção de águas pluviais, criem ambiência e beneficiem fauna e flora.
- Criar novos viveiros de plantas em várias regiões da cidade.
- Criar um sistema de fiscalização e acompanhamento da poda das árvores na área urbana.
- Estimular o treinamento dos profissionais responsáveis pelas podas de árvores.
- Efetivar e ampliar o Programa Manancial Vivo.
- Manter as áreas de proteção existentes e criar novas.

5- Serviços de água e esgoto

- Ampliar parcerias com o Governo Estadual para estudo, preservação e defesa do Aquífero Guarani.
- Dar transparência ao contrato e às ações da concessionária dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- Criar sistema de fiscalização independente, com a participação de representantes da sociedade civil, no acompanhamento da prestação de serviços privatizados de água e esgoto visando obter transparência nos indicadores.
- Implantar mecanismos independentes de controle de qualidade da água potável distribuída à população.
- Fiscalizar e atuar para impedir derrames clandestinos de esgotos industriais e domésticos em rios e córregos. Aplicar multas a empresas que jogam produtos químicos nos rios.
- Construção de novas estações de tratamento de esgoto de forma a cumprir efetivamente a coleta e o tratamento de 100% do esgoto.
- Promover estudos e esforços para reduzir os valores das tarifas de água e esgoto sem prejuízo da qualidade do serviço.
- Apoiar e incentivar os produtores de água.
- Rever a questão do direito de uso de poços artesianos com o objetivo de preservar os aquíferos.
- Manutenção de uma política educacional com a participação da sociedade para impedir o desperdício de água tratada.
- Criar mecanismos de monitoramento e fiscalização dos efluentes lançados ao longo das bacias hidrográficas de Campo Grande.

6- Drenagem

- Para que Campo Grande resolva a questão dos alagamentos e das enchentes é necessário: Recusa do conceito de que as águas das bacias que cortam a cidade devam ser simplesmente represadas e sua substituição pelo conceito de que devem ser recuperados os espaços naturais de contenção e áreas de permeabilização para que, durante o crescimento de seu volume provocado pelas chuvas, as torrentes possam ser controladas e dirigidas sem causar destruição.
- Criação de uma comissão permanente de drenagem formada por técnicos para dimensionar o volume de captação da região de Campo Grande.
- Mapeamento da cidade por meio de uma planta planialtimétrica para saber os locais de conversão das águas.



- Estudos da capacidade de vazão dos córregos que cortam a cidade, e são drenagem natural, para facilitar o escoamento das águas.
- Elaboração de um plano de obras que corrija os erros cometidos na construção aleatória de obras que potencializaram a acumulação de águas durante as chuvas, provocando enchentes, que desenvolva um sistema de drenagem em acordo com as exigências naturais da região.
- Construção de um lago/represa artificial no Parque Sóter, que está construído sobre uma grande erosão. Além de embelezar a cidade, o lago conteria as águas de drenagem dos bairros localizados na parte mais alta. Atualmente, estas águas são drenadas em direção às avenidas Mato Grosso e Afonso Pena. É uma obra tão necessária quanto a das barragens no leito do córrego Sóter.
- Padronização de bueiros e bocas de lobo.
- Constante limpeza e manutenção de bueiros e bocas de lobo.
- Atualização constante da carta de drenagem.
- Utilização dos parques, logicamente implantados na cidade, como áreas de captação das águas da chuva.
- Controle público efetivo dos projetos de construção de edifícios pela iniciativa privada para que respeitem os requisitos específicos do solo e da hidrografia da cidade para não provocar desastres ambientais.

7- Coleta e tratamento de resíduos - lixo

- Transparência no contrato da Prefeitura com a empresa de coleta de lixo.

- Instalação de usina de compostagem associada à produção de energia renovável a partir da queima do gás metano originado pela decomposição de lixo orgânico- redução de resíduos poluentes e geração de crédito de carbono para o município.
- Ampliar sistema de coleta seletiva para todos os bairros.
- Colocar em prática projeto de desativação do lixão Dom Antônio Barbosa I, promover o tratamento do material depositado, iniciar a recuperação do solo na área poluída.
- Rever o projeto do aterro Dom Antônio Barbosa II para verificar suas consequências ambientais.
- Criar novos aterros de entulhos.
- Incentivar a formação de associações e cooperativas de catadores de lixo reciclável.
- Apoiar o programa Cataforte, que promove a organização de cooperativas de catadores para que reúnam condições de sobrevivência por meio da coleta e comercialização de lixo reciclável.
- Garantir o direito de comercialização de lixo reciclável para as cooperativas de catadores.
- Apoio financeiro e de infraestrutura para cooperativas de catadores de lixo reciclável.
- Apoiar treinamento de catadores de lixo reciclável.
- Incentivar a população a separar o lixo.
- Implantar sistema de troca de lixo reciclável por produtos de hortifruticultura.
- Maior fiscalização no lixão e nos futuros aterros.
- Direcionar corretamente os lixos recicláveis, orgânico, hospitalar e eletrônico.
- Melhoria da infraestrutura dos bairros do entorno do lixão.
- Construção de cinturão verde entre o lixão e os bairros de seu entorno.
- Incentivo fiscal para atração e formação de empresas e indústrias que usam o lixo reciclado como matéria prima.
- Promover estudos permanentes para o monitoramento de destinos de resíduos oriundos da produção industrial.
- Apoiar a fiscalização do destino de resíduos sólidos e líquidos.
- Implantar Unidades de Processamento de Lixo – UPLs, junto com as cooperativas.

8- Qualidade do ar:

- Implantar sistema de monitoramento da qualidade do ar no município.



Um pouco

da minha história

REINALDO

Nasci em Campo Grande. A cidade onde meu saudoso pai nasceu e onde meus filhos nasceram, moram e estudam. Sou deputado federal. Já fui deputado estadual - o mais votado na história do Estado. Antes, fui prefeito da cidade de Maracaju por dois mandatos, de 1997 a 2004. Sou empresário rural por vocação, gosto e destino. Aprendi a lidar na agricultura e na pecuária desde menino, trabalhando com meu pai em Maracaju. Quando cursava Administração na Universidade, meu pai adoeceu, tranquei a matrícula e fui dirigir os negócios da família. Tinha 18 anos.

Encontrei métodos tradicionais de lavoura e uma pecuária extensiva, de pouca rentabilidade. Implantei na lavoura a cultura do plantio direto e outras tecnologias modernas. Comprei gado de raça para criar. E trabalhei com confinamento de gado. Tive sucesso.

Entrei para a Política aos 33 Anos

Entrei na política em 1996 por desencanto com os políticos. Maracaju estava abandonada, a mortalidade infantil era altíssima, a corrupção minava a administração. A transparência dos gastos da Prefeitura era nenhuma. Escolhi filiar-me ao PSDB pelos princípios que o partido defende, mas, principalmente, porque esta era a agremiação à qual estava filiada Lúdio Coelho, que desde então já era um exemplo de político para mim. "Seo" Lúdio marcou sua carreira pela honestidade e seriedade. Incentivado por um grupo da cidade, decidi me candidatar e fui, junto com minha mulher Fátima, visitar, uma por uma, todas as casas do município. Visitei cerca de 5 mil casas.

Não prometia nada. Anunciava que era candidato e que estava ali para ouvir os problemas e preocupações dos moradores. Fiz amigos. No começo, era desconhecido como candidato, mas nosso projeto era sério e a população confiou. Na eleição, fui vitorioso com 44% dos votos.

Maracaju deu um Salto

Em oito anos, modernizamos a cidade. Maracaju era a 12ª cidade do Estado e oito anos depois, já era a 5ª cidade mais importante. Era a primeira cidade do Estado a ter 100% de ruas asfaltadas. Foram instaladas rede de esgoto e estação de tratamento de esgoto. Três hospitais privados que existiam na cidade



fecharam as portas porque a Saúde Pública passou a funcionar bem. A taxa de mortalidade infantil caiu a 5,8, semelhante à da Inglaterra e da França. A Educação foi recuperada. Havia encontrado os servidores desmobilizados. Fiz muitas reuniões, secretaria por secretaria. Foram realizados cursos de capacitação profissional, ofereceram-se condições de trabalho e foi cobrado desempenho. Estimulou-se o mérito, recompensando os que trabalhavam melhor.

Portal da Transparência

Trouxe da iniciativa privada o controle de gastos, a definição de prioridades e capacitação dos profissionais. Continuei a ouvir as pessoas sobre seus problemas e opiniões. Criou-se um clima de colaboração. A Câmara Municipal, também controlando seus gastos, começou a devolver dinheiro à Prefeitura.

Tudo isso deu credibilidade. Antes quase ninguém pagava IPTU. Quando as pessoas começaram a ver os resultados, passaram a pagar. No segundo ano da administração, 86% do imposto cobrado foi pago. Também criei um Portal de Transparência em praça pública onde eram registrados todos os gastos da Prefeitura. A corrupção foi posta para fora de Maracaju. Elegi meu sucessor e o trabalho iniciado teve continuidade.

Assomasul, uma experiência de união

Em 2002, ainda como prefeito, fui eleito por unanimidade presidente da Assomasul, a Associação dos Prefeitos do Mato Grosso do Sul. Durante minha gestão, todos os 77 municípios do Estado filiaram-se à Assomasul. Unidos, conseguimos junto ao governo estadual e federal benefícios importantes para as nossas cidades.

Deputado estadual com votação histórica

Em 2004 participei da eleição para Deputado Estadual. Fui eleito com uma votação histórica, a maior votação na história de nosso Estado. No Legislativo estadual, tive aprovados cerca de 46 projetos num único mandato, entre eles os de apoio à criança, e de apoio aos idosos. Nessa época, também fui eleito presidente do PSDB do Mato Grosso do Sul.

Novo desafio: o mandato para Deputado federal

Em 2010, fui eleito deputado federal com 122 mil votos. A responsabilidade aumentou muito e, também, a complexidade do trabalho. Na Assembléia Legislativa do Estado eram 27 deputados. Na Câmara Federal, são 513 deputados de todo o país. Um ambiente de trabalho que exige grande atenção e participação se o parlamentar quiser ter uma presença ativa. E não medi esforços para corresponder à confiança dos sul-mato-grossenses e viabilizar recursos para nossos municípios. Sou membro de mais de uma dezena de comissões, tendo sido eleito vice-presidente da Comissão de Orçamento, uma das mais importantes da Câmara. Também sou membro da estratégica Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Agricultura. Fui eleito pela bancada do PSDB vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Fui um dos dois deputados do Mato Grosso do Sul que votou a favor do aumento do salário mínimo do trabalhador para R\$622,00. Apresentei emenda ao Plano Nacional de Educação em favor de escola de tempo integral para as crianças e outros projetos.

ATHAYDE

Advogado, poeta, militante político e partidário. Está no PPS desde a juventude. No movimento estudantil, participou da retomada da União Campo-grandense de Estudantes (UCE) e da União Douradense de Estudantes (UDE). Como Oficial de Justiça concursado, iniciou no movimento sindical, ajudou a fundar a Associação dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijus) onde ingressou no movimento dos servidores estaduais. Contribuiu para a criação da Federação dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul (Federasul), presidiu a entidade por três mandatos.

A militância nos movimentos estudantil e sindical o levou à eleição para vereador em Campo Grande. Atualmente, está no 4º mandato. Athayde desenvolve seu mandato parlamentar com participação democrática, sintonizada com os interesses da sociedade, especialmente dos mais vulneráveis. Seu mandato é marcado pela defesa dos direitos humanos.

Em 2009, assumiu a Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande. Inovou à frente dessa pasta, ampliou o acesso da população às atividades culturais e valorizou as artes e os artistas locais. Em sua gestão, foi aprovado o Plano Municipal de Cultura, resultado da luta nacional que criou o Plano Nacional de Cultura, destinando 2% do orçamento da União, 1,5% do orçamento do Estado e 1% do orçamento do Município à atividade cultural. Campo Grande foi a primeira Capital a construir um plano envolvendo todos os segmentos da sociedade e fazendo dele



uma Lei. Também durante sua gestão, foi aprovada a Lei de fomento ao Teatro e de Fomento à Música- FOMTEATRO e PRÓ-MÚSICA. O Caminhão da Cultura levou cultura e arte aos bairros e prestigiou artistas locais. Incentivou a implantação de 15 pontos de cultura, que possibilitou o primeiro Convênio com o Ministério da Cultura.

Outro projeto expressivo foi o Conselho Municipal de Direitos e Defesa dos Povos Indígenas de Campo Grande que introduziu um espaço institucional aos indígenas para construção de políticas públicas inerentes aos seus direitos. O projeto propiciou a construção de aldeias urbanas, implantação de esgoto sanitário na aldeia “Marçal de Souza” e propiciou o início do debate para consolidação do primeiro Plano Municipal Indígena.

Durante os quatro mandatos na Câmara, Athayde foi autor de alguns Projetos de Lei importantes para a sociedade. Alguns deles, já vigoram, como a Medição Individual de Água, que tornou obrigatória a instalação de hidrômetros individuais nos novos condomínios de Campo Grande; Projeto que estabeleceu jornada diferenciada para mães servidoras municipais, com filhos portadores de necessidades especiais; a Lei do cão, que instituiu a guarda responsável de cães e gatos; a Instalação de Sistema de Aquecimento Solar em casas populares, com o intuito de preservar o meio ambiente e, ainda, apoiou o movimento “Vale a pena salvar a Afonso Pena”, que revogou a lei na qual permitia a instalação de postos de combustíveis no canteiro central dessa via; Na função de vereador que fiscaliza o serviço público à sociedade, atuou de forma incisiva na questão do “lixogate”, evitando o prejuízo aos cofres públicos de mais de 700 milhões de reais.

Atualmente, debate a questão dos aumentos abusivos do IPTU e propõe a criação de uma lei que instituirá o IPTU social, para proteger a família campo-grandense, para que não haja confusão entre casa para morar e casa para especulação imobiliária.

O vereador Athayde Nery é presidente do diretório estadual do PPS/MS e integrante do diretório Nacional. Assumiu também a presidência da Comissão Permanente de Direitos do Consumidor e da Comissão Permanente de Cultura. Atuou ainda como vice-presidente da Comissão Permanente de Cidadania e Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campo Grande, sendo membro do Comitê Nacional em Defesa da População Indígena de Mato Grosso do Sul (CONADEPIMS).

Athayde sonha com uma Campo Grande muito melhor, mais humana e solidária, que possa proporcionar felicidade às pessoas que aqui residem.

Revista Veja aponta Reinaldo como melhor deputado de MS e um dos melhores do país.

Em 2011, pesquisa da revista Veja, feita em parceria com o Núcleo de Estudos do Congresso, do Rio de Janeiro para avaliar o desempenho dos parlamentares no Congresso Federal, apontou Reinaldo Azambuja como melhor deputado de Mato Grosso do Sul e um dos melhores do país. Esse foi o reconhecimento de muito trabalho. Em um ano e meio de mandato, Reinaldo apresentou 119 projetos, participou da maioria das votações e foi de grande assiduidade às sessões.

www.reinaldozambuja.com.br
twitter@Reinaldo45PSDB
facebook.com/Reinaldo45PSDB

45
PREFEITO
Reinaldo
ATHAYDE NERY-VICE